



GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10



11 **14ª Reunião da Câmara Técnica**
12 **Educação Ambiental**

13
14 25 de fevereiro de 2008

15
16
17 Sala 601, Centre/IBAMA
18 Brasília/DF

19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

(Transcrição *ipsis verbis*)

31 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Bom-dia a todos os presentes. Fazendo aqui a contagem de
32 quorum, estamos com cinco representantes, com sete possíveis. Então, temos quorum para iniciar o trabalho. Queria
33 dar Bom-dia a todos, Eder, Rogério, Keilah, Maria José, Emilia, Patrícia, Cleide, a Tita, Cristina, enfim, a todos os
34 convidados também. Então, inicialmente eu gostaria que todos se apresentassem: nomes e cargos e
35 representatividade, por favor.

36

37

38 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Keilah Diniz, suplente do Ministério da Cultura.

39

40

41 **O Sr. ROGÉRIO JOSÉ DIAS (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Rogério José Dias, efetivo do Ministério da Cultura.

42

43

44 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Eder Leonardo Cavalcanti Borborema,
45 suplente do Ministério do Esporte. Bom-dia a todos.

46

47

48 **A Srª. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ)** – Bom-dia a todos. Maria José, suplente do Conselho
49 de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará.

50

51

52 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Tita Vieira, Diretoria de Educação Ambiental,
53 Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado da Bahia.

54

55

56 **A Srª. MARIA EDIGETE NASCIMENTO SOUZA (CONAMA)** – Bom-dia a todos, Edigete, CONAMA.

57

58

59 **O Sr. JOÃO LUIZ F. FERREIRA (CONAMA/MMA)** – Bom-dia a todos, meu nome é João, sou suplente da Cleide,
60 também do departamento do CONAMA. Só queria aproveitar e fazer um aparte, a cada intervenção que nós formos
61 fazer durante toda a reunião repetir o nome e a instituição para que a Estenotipia possa pegar.

62

63

64 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Bom-dia a todos, sou Cleide, sou do CONAMA. Dou apoio
65 aqui à reunião.

66

67

68 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Paulo Maluhy, Oca Brasil. Estou como vice-presidente da
69 Câmara Técnica, em substituição à presidência, que pertence ao Governo da Bahia.

70

71

72 **A Srª. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL)** – Sou Patrícia Pinto, da Oca. Candidata à suplente da Oca, por enquanto
73 sem saber. Mas é um prazer estar aqui com todo mundo.

74

75

76 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Sou Viviane Vazzi Pedro, do Ministério da Educação.

77

78

79 **A Srª. LUANA FERRARESI PEREIRA (DIREP/FCMBIO)** – Eu sou Luana, da Diretoria de Proteção de Unidades de
80 Conservação de Produção Integral e ICMBIO.

81

82

83 **A Srª. FLÁVIA M. ROSSI DE MORAIS (ICMBIO/EA)** – Sou a Flávia, estou na Comissão de Educação Ambiental do
84 Instituto Chico Mendes.

85

86

87 **O Sr. PHILIPPE POMIER LAYRARGUES (DEA/MMA)** – Bom-dia, meu nome é Philippe, eu sou do Departamento de
88 Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Convidado.

89

90

91 **A Srª. THAIS FERRARES FERREIRA (DEA/MMA)** – Bom-dia a todas e todos. Eu sou Thaís, também do
92 Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

93

94

95 **A Srª. ROSSANA GASPARINI (ELABORE)** – Bom-dia, Rossana, do Elabore.

96

97

98 **A Srª. THAIS CHUEIRI (PATRI)** – Bom-dia. Eu sou Thaís Chueiri, da Patri Políticas Públicas.

99

100

101 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Tiago Camargo, diretor da Agência Municipal
102 de Meio Ambiente de Goiânia, aqui representando a ANAMMA.

103

104

105 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então agora o nosso quorum passa para seis. Então, vamos
106 proceder à abertura dos trabalhos com a ata e em seguida a leitura e aprovação do resultado da 13ª Reunião.

107

108

109 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Nós fazemos a leitura, e à medida que vocês quiserem fazer
110 algumas intervenções ou propor alguma mudança, vocês se manifestem. “Resultado da 13ª Reunião da Câmara
111 Técnica de Educação Ambiental. 14 de agosto de 2007, das 9h 30 às 13h 30. Sala 606, Centre/IBAMA Brasília. Item
112 121: abertura dos trabalhos. Verificado o quorum, a reunião foi aberta pelo Vice-Presidente da CT, Paulo Klinkert
113 Maluhy, que deu as boas vindas a todos os presentes e informou sobre a Ordem do Dia, aprovando -se inversão da
114 pauta para que o item 3.1 referente ao Plano de Trabalho fosse o último a ser discutido. Membros presentes: Paulo
115 Klinkert Maluhy – Oca Brasil; Elisa Romano Dezlt – CNC; Maria Cristina N. Vieira – do Governo da Bahia; Marcos
116 Vieira – Governo do Ceará; Keilah Diniz – Ministério da Cultura; Eder Leonardo C. Borborema – Ministério do
117 Esporte. Leitura e aprovação da transcrição e dos resultados da 12ª Reunião: foi submetida à apreciação e
118 aprovados pelos membros da Câmara Técnica, a transcrição e os resultados da 12ª Reunião. 3. Ordem do Dia: 3.1.
119 Discussão do Plano de Trabalho da CTEA: escopo, responsabilidades, atribuições e cronograma de atividades.
120 Sofreu inversão na Pauta e foi adiado para a próxima reunião. 3.2. Discussão sobre a proposta de Seminário “A
121 Educação Ambiental no Setor Produtivo: Empresários e Trabalhadores”. A proposta desse Seminário foi um dos
122 resultados da reunião conjunta das Câmaras Técnicas do CONAMA e do CNRH, em 2006, no V Congresso Ibero-
123 Americano de Educação Ambiental em Joinville, que recomendou a participação inclusive do Comitê Assessor do
124 Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Nesta 13ª Reunião, discutiu-se o papel da Câmara
125 Técnica e as finalidades do Seminário, salientando-se a oportunidade para tornar visível o trabalho da Câmara
126 Técnica do CONAMA e as políticas formais de Educação Ambiental, e ao mesmo tempo promover a
127 regulamentação, a sistematização e o inventário das ações de Educação Ambiental, que estão acontecendo no Setor
128 Empresarial. A partir dessas ações, far-se-á o diagnóstico e a avaliação das ações, para em seguida discutir-se com
129 o Setor Empresarial os critérios para a Educação Ambiental feita pelo Setor, que na maior parte das vezes está
130 ligada ao cumprimento das compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento. Foi criado um
131 Grupo de Trabalho para detalhar as propostas em reunião prevista para o dia 28 de agosto/07, composto por
132 representantes das seguintes instituições: CNC/CNI, MEC, MMA/CONAMA/DEA, MINC, Governo da Bahia,
133 Ministério da Previdência Social e OCA Brasil” Alguma coisa, algum comentário até aqui? Alguma modificação.

134

135

136 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Só uma correção, como é oficial, no nome. Tem um H no final,
137 depois do A.

138

139

140 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Mais alguma coisa? Está certíssima, Keilah. Obrigada.

141

142

143 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Desculpa, Cleide, parece que na leitura
144 ficou dito “23 de agosto”. É 28 de agosto?

145

146 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – 28 de agosto. 3.3. Proposta de criação de “artigos padrão”
147 para regulamentar a Educação Ambiental como política pública nas principais resoluções do CONAMA. O MEC ficou
148 responsável pela elaboração de uma Recomendação ao invés de “artigos padrão”, devendo articular-se com outros
149 segmentos que manifestarem seu interesse em cooperar. 3.4. GT’s e Resoluções do CONAMA em andamento, com
150 pertinência para a Educação Ambiental: discussão de estratégias de atuação • GT Termo de Guarda e Proteção
151 contra Maus Tratos a Animais Silvestres; • GT Espécies Exóticas; • GT Licenciamento Ambiental de Projetos de
152 Reforma Agrária; • GT Revisão da Resolução nº. 257/99 – Pilhas e Baterias; • Discussão sobre descarte final de
153 pneumáticos – iniciada na Câmara Técnica de Saúde e Saneamento; • GT Estabelecimento da Gestão
154 Compartilhada de UCs com OSCIPs. Após a formulação da Recomendação supracitada, os Presidentes das demais
155 CT deverão ser contactados para sua implementação. 3.5. Estratégia de urgência para a aplicação da compensação
156 ambiental em Educação Ambiental, conforme a Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional
157 de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC; O representante do Ministério do Esporte apresentou os
158 resultados de sua pesquisa sobre as citações de Educação Ambiental na Lei do SNUC, 9985, que é retratada de
159 formas diferentes em todo o documento. Recomendou que se desse especial atenção aos seguintes artigos e seus
160 parágrafos: artigos quarto e artigo quinto do Capítulo II; Do Capítulo III, artigo onze e parágrafo quinto; Capítulo IV,
161 artigo 41 da referida Lei. Técnicos da Câmara de Compensação Ambiental do IBAMA poderão ser convidados para
162 fazer uma apresentação sobre o tema.

163

164

165 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Não está no resultado dessa reunião, mas existem
166 encaminhamentos de reuniões anteriores a respeito do tema e tem propostas do Hélio dos Santos Pereira, que
167 esteve aqui. Ele é da Câmara de Compensação Ambiental e esteve aqui expondo algumas estratégias que podem
168 ser interessantes para a Educação Ambiental relacionada às unidades de conservação. No momento pertinente, eu
169 vou retomar esses resultados porque senão dá impressão de que não tem encaminhamentos, mas tem essa
170 questão.

171

172

173 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – 3.7 Processo 0200001478/2006-86. Recomendação para
174 inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais na administração pública. Origem
175 SDS/MMA. Foi lido novamente o Memorando do Secretário de Política do Desenvolvimento Sustentável, Gilney
176 Viana, encaminhando a proposta de recomendação do CONAMA, salientando a importância de se construir uma
177 nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais na administração pública. A proposta de
178 recomendação discutida nessa reunião recebeu emendas e está disponibilizada na página da Câmara Técnica de
179 Educação Ambiental. A representante do MEC alertou sobre a nova tendência na Administração Pública, a da
180 ambientalização das estruturas, isto é, não se fala mais em palestras, em conscientização separadamente de uma
181 estrutura que reflita todos os princípios da educação ambiental, é a coerência entre a Educação Ambiental e os
182 processos decisórios. A senhora Jocimara do Comitê Gestor da A3P será convidada para apresentar na próxima
183 reunião os princípios da A3P. 3.8 Processo nº. 0200003134/2005-21. Proposta de recomendação para os CEAs –
184 Centro de Educação Ambiental. A matéria será tratada na próxima reunião. 3.9: Processo 0200001992/2006-11.
185 Proposta de inserção do conteúdo bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental brasileiro.
186 Técnicos da CTEM/CNRH apresentaram a proposta de diretrizes curriculares para Educação Ambiental que a
187 coordenação do CNRH encaminhou para o Conselho Nacional de Educação. 3.10: Proposta de Resolução para a
188 criação do Cadastro Nacional de Coletivos Educadores. Matéria retirada de pauta a pedido do MEC e MMA,
189 Secretaria de Educação Ambiental. 3.11: Estratégias de participação da III Conferência Nacional do Meio Ambiente.
190 A matéria será tratada na próxima reunião. Informes: 4.1, Encontro Nacional de Colegiados Ambientais, de 16 a 18
191 de outubro de 2007”. Não houve o informe por falta de tempo. 5. Encerramento. Desculpe, foi dado o informe sim,
192 dando a data. Encontro Nacional de Colegiados Ambientais. Foi dado sim. Desculpe. Encerramento.

193

194

195 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Edigete, por favor, você poderia corrigir os números das
196 ordens, que a partir do 3.3, se eu não me engano, não está inserido na pauta. Então, eu vou passar para o item 3 –
197 Ordem do Dia. Caso haja alguém que queira solicitar uma alteração de pauta ou inversão de pauta... Bom, não
198 havendo esse interesse, vamos partir para a primeira, que é discussão do Plano de Trabalho do CTA, escopo,
199 responsabilidade, atribuição e cronograma de atividades.

200

201

202 **A Sr^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Está faltando o item 3.3, que se refere a uma proposta de
203 recomendação da Educação Ambiental, que traz diretrizes para os processos de informação, comunicação e
204 mobilização.

205

206

207 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (Oca Brasil)** – Na verdade, Edigete, em vez de reorganizar, tem um ponto que
208 está faltando, que é o 3.3, que ela está citando.

209

210

211 **A Sr^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – 3.3 Proposta de diretrizes da Educação Ambiental para os processos
212 de comunicação, informação e mobilização.

213

214

215 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mais alguma informação a ser acrescentada aqui na pauta,
216 por favor?

217

218

219 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu gostaria de fazer uma proposta só de inversão de
220 pauta, só para facilitar o andamento, para tentarmos vencer essa pauta aí. Eu tinha imaginado nós iniciarmos com a
221 transversalidade da educação ambiental...

222

223

224 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Qual é o número?

225

226

227 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Ajude-me aí, Vivian... 3.4. Começar com essa
228 transversalidade, depois ir para o seminário, depois trazer a comunicação e mobilização, depois coletivos
229 educadores; o SNUC, a parte de compensação ambiental; III Conferência, coletivos, o CEA, bacia hidrográfica e
230 Administração Pública. Falei rápido, deu para pegar?

231

232

233 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Alguém tem alguma dúvida? Algo a acrescentar? Estão todos
234 de acordo?

235

236

237 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Eu concordo com a inversão de pauta... Mas
238 eu vou propor que nós adiantemos mais o tema do SNUC porque ... nós não vamos fazer nenhuma proposta de
239 resolução ou de recomendação, é só para discutir estratégia. Eu particularmente tenho muito a acrescentar, porque
240 também sou membro da Câmara de Compensação Ambiental e já participo de muitos debates sobre o SNUC já há
241 um certo tempo. Então, até para facilitar e para que eu possa participar que vá contribuir de uma forma melhor, eu
242 proponho para que nós adiantemos um pouco mais a pauta. Pode ser o terceiro ponto depois de nós discutirmos a
243 questão do seminário.

244

245

246 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Thiago, por favor, eu gostaria que você se apresentasse
247 sempre que você falasse algum tema, porque está sendo gravado, para facilitar a ata.

248

249

250 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Então, seria transversalidade, seminário,
251 compensação ambiental, comunicação e mobilização coletivos educadores, centros de educação ambiental, bacia
252 hidrográfica e administração pública.

253

254

255 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Dá para refazer e colocar na tela essa ordem? É melhor por
256 número, viu Cristina. Cristina, fala por número, por favor.

257

258

259 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Então, vamos lá. 3.4 Educação Ambiental como política pública; depois o seminário 3.2...

261

262

263 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Isso é pela ordem da seqüência. Primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto... Então, vamos lá. O primeiro item é o 3.4. Segundo...

265

266

267 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Seminário 3.2.

268

269

270 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – É o segundo?

271

272

273 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Comunicação e mobilização... A não, desculpa... O terceiro do SNUC, compensação ambiental... 3.8. 3.3, depois do 3.8.

275

276

277 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – 3.3 é o quarto item?

278

279

280 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Isso. Comunicação e mobilização é o 3.3.

281

282

283 **O Sr PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – 3.3 é o quarto item. Proposta de diretrizes de Educação Ambiental para o processo de comunicação.

285

286

287 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – É o quarto item. Depois eu confiro com você, que eu estou anotando a ordem. Depois eu passo do primeiro ao nono.

289

290

291 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Olha só, tem os coletivos educadores, que eu estou aqui numa dúvida, porque está como 3.9, mas nesta pauta aqui já não está. Será **que** não está na pauta?

293

294

295 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Foi retirada. É isso Thaís? Não... Vai permanecer? Está bem. Vai permanecer.

297

298

299 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – São coletivos educadores, então?

300

301

302 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Isso. E tem a CEAs também, a proposta de recomendação para o CEAs, Centro de Educação Ambiental, que está pronta já há várias reuniões e nós nunca entramos.

304

305

306 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos entrar com o item 3.10, esse que você citou. Só para reorganizar, não é?

308

309

310 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Compensação. Depois da compensação vem a comunicação e mobilização.

312

313

314 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Você está falando agora do quinto item. Qual é o número?
315
316
317 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – É o 3.3.
318
319
320 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – 3.3 é o quarto. Agora vamos para o quinto.
321
322
323 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Então, já está lá. O quinto, coletivos educadores.
324
325
326 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Qual é o número? Vai ser o 3.10? Pode dar o nome, por
327 favor?
328
329
330 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – É o 3.9, que vai virar 5.
331
332 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – É a estratégia... Aqui, é proposta de resolução para
333 criação do Cadastro Nacional de Coletivos Educadores. Que era 3.9.
334
335
336 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vai ser o 3.10, que nós não vamos tirar o 3.9. E esse vai ser o
337 quinto na ordem. É isso que você está propondo?
338
339
340 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Depois o... Tem aqui o CEA e tem a III Conferência,
341 que eu acho que nós podemos trabalhar logo com o CEA em seguida, porque uma coisa está muito próxima à outra.
342 O Centro de Educação Ambiental, que é o 3.7...
343
344
345 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – 3.7 seria o sexto? 3.6 é o sexto?
346
347
348 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Isso. 3.6. Depois a III Conferência...
349
350
351 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Vamos deixar a conferência, porque vai ser informe. Vamos
352 trabalhar...
353
354
355 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Desculpe. Então, pula conferência aí. Deixa bacias
356 hidrográficas e administração pública.
357
358
359 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – É, e aí a partir disso é estratégia de como é que esse colegiado pode
360 participar na divulgação.
361
362
363 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Agora falta colocar a proposta de inserção das bacias. Esse
364 vai ser o sétimo item? Sétimo item é o 3.7? O oitavo item seria, então, o 3.9?
365
366
367 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Tem administração pública...
368
369
370 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Pelo número, por favor.

371

372 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Administração pública fica como... E depois a III
373 Conferência...

374

375

376 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Qual é o número, por favor? 3.7 é a sétima na ordem.

377

378

379 **O Sr. JOÃO LUIZ F. FERREIRA (CONAMA/MMA)** – Dr. Paulo, uma intervenção. Estou vendo que já está perdida.
380 Eu também estava anotando, me perdi. Eu tenho uma sugestão, só dá um... Voltar... Aqui... Está confuso. De
381 repente nós poderíamos realmente pegar por números e elencar...

382

383

384 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – ...Seguir ali. Está normal ali. Vamos lá. 5 já foi, 6... O
385 3.5 que tem que descer agora. Essa administração pública desse. Desse para 3.10.

386

387

388 **O Sr. JOÃO LUIZ F. FERREIRA (CONAMA/MMA)** – 3.5 é administração pública e passou a ser 3.8...

389

390

391 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Edigete, por favor, eu vou fazer a leitura pela ordem, como
392 ficou colocado. Passa a ser a primeira: Proposta de recomendação, a Educação Ambiental como política pública nas
393 principais resoluções do CONAMA, 1. 2: Discussão sobre a proposta de seminário a Educação Ambiental no setor
394 produtivo, empresários e trabalhadores. 3: Estratégia de urgência para aplicação de compensação ambiental em
395 Educação Ambiental conforme Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de
396 Conservação da Natureza – SNUC. 4: “Proposta de diretrizes da Educação Ambiental para os processos de
397 comunicação, informação e mobilização. 5: Coletivos educadores... Eu não anotei aqui inteiro, porque não foi falado,
398 mas é o coletivo de educadores. Se alguém quiser colocar uma...

399

400

401 **A Sr^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Proposta de Resolução para a criação do Cadastro Nacional de
402 Coletivos Educadores. Foi pago, precisa digitar de novo, então. Proposta de Resolução para a criação do Cadastro
403 Nacional de Coletivos Educadores.

404

405

406 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, esse foi o quinto? O sexto item passa a ser proposta
407 de recomendação para o CEAs – Centro de Educação Ambiental. Processo nº. 02000.003134/2005-21. Vamos para
408 o sétimo agora? Pode ser. Então, o sétimo fica sendo o processo nº. 0200.001992/2006-11. Proposta de inserção do
409 conteúdo, bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental brasileiro. O 3.8 é o terceiro item.
410 Agora fica faltando só a colocação da estratégia de participação da III Conferência Nacional do Meio Ambiente, que
411 vai ficar para informes ou vai ficar dentro dessa ordem? Então, fica como oitavo assunto. Você quer repassar agora?
412 Eu vou falar na ordem para ver se não faltou nenhum. Bem rapidinho? Certeza?

413

414

415 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Certeza. Se você quiser, seguir por ali...

416

417

418 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Bom, ficou fora o item que seria o 3.1...

419

420

421 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – O 3.1 é discussão do plano de trabalho do CTA. Então, fica
422 como o... Esse, então, passa a ser o 9º assunto a ser discutido. São nove itens, certo?

423

424

425 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Esse item, inclusive, foi no primeiro item da pauta da 13ª, que
426 também não foi tratado.

427

428

429**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos dar andamento ao primeiro item? Dentro da
430Ordem do Dia, vamos passar para o primeiro item, que é o 3.1 Proposta de Recomendação – a Educação Ambiental
431como política pública nas principais resoluções do CONAMA. Viviane, você quer falar sobre isso?

432

433

434**A Sr^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Bom, nós tentamos rascunhar a partir das últimas discussões uma
435proposta de uma recomendação que traduzisse a necessidade de que fossem contempladas nas resoluções ações
436de educação ambiental. Então, para garantir a transversalidade da educação ambiental. E conversando com o Nilo
437Diniz do CONAMA, nós notamos que não adiantaria propor só que a Educação Ambiental estivesse presente nas
438resoluções do CONAMA, e sim em todos os colegiados do SISNAMA. Existem diversos colegiados no âmbito
439estadual, municipal e também federal, que estão normatizando a questão ambiental e que tem a necessidade de
440inserir a educação ambiental. Então, nós alteramos um pouquinho a proposta que estava anteriormente no *site* e
441hoje eu trouxe para vocês impressa e ela está na tela para nós discutirmos a nova versão.

442

443

444**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Eu tenho três cópias, todas são iguais, Viviane? São três
445propostas?

446**A Sr^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Para vocês identificarem, aqui em cima vai estar inserção da
447Educação Ambiental nos órgãos colegiados do SISNAMA e outras... Em cima na ementa. Abaixo de recomendação
448vai ter nos órgãos colegiados do SISNAMA E já está datada de 2008. As anteriores são de 2007. Recomenda a
449inserção da educação ambiental... É assim o começo. É que a versão de vocês já está correta. É que chegou aqui e
450não estava. Eu tive que mexer na tela e estava misturado com versões anteriores, enfim. Pode ser que o texto da
451tela não esteja igual. "PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS
452COLEGIADOS DO SISNAMA. RECOMENDAÇÃO Nº. , DE xx DE xxxxxx DE 2008. *Recomenda a inserção da Educação*
453*Ambiental nas resoluções dos órgãos colegiados do SISNAMA, e dá outras orientações.*O CONSELHO NACIONAL
454DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 6º e
4558º, da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº. 99.274, de 6 de junho de 1990, e
456tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, Anexo à Portaria nº. 168, de 10 de junho de 2005,
457Considerando, nos termos do art. 225, §1º, VI da Constituição Federal e do art. 2º, inciso X, da Lei 6.938/81, a
458obrigação do Poder Público de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização
459pública para a preservação do meio ambiente; Considerando a necessidade de garantir que as políticas de meio
460ambiente atendam ao princípio da educação ambiental, em consonância com a Política Nacional de Educação
461Ambiental – PNEA, estabelecida pela Lei nº. 9.795/99 e pelo Decreto nº. 4.281/02, bem como com o Programa
462Nacional de Educação Ambiental – ProNEA e com os princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades
463Sustentáveis e Responsabilidade Global e das Agendas 21; Considerando as inúmeras citações contidas em
464legislações e nas Resoluções CONAMA sobre a necessidade da Educação Ambiental como instrumento de apoio e
465eficácia às políticas públicas e ações relacionadas à proteção e gestão ambiental como, por exemplo, nas Leis nº.
4664.771/65, 5.197/67, 6.938/81, 9.605/98, Decretos nº. 3.179/99, 4.339/02, 4.340/02 e Resoluções CONAMA nº. 18/86,
46711/88, 238/97, 289/01; Considerando a necessidade de transversalizar a Educação Ambiental nas Resoluções do
468CONAMA para engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente recomenda
469que: Art. 1º Nas resoluções dos órgãos colegiados do SISNAMA seja prevista a realização de ações, programas ou
470campanhas de Educação Ambiental para mobilizar e engajar instituições públicas e privadas e a sociedade na
471defesa, conservação e recuperação do meio ambiente, amparando a divulgação de informações sobre mecanismos
472de gestão e proteção ambientais. Art. 2º A Educação Ambiental deve ser promovida de forma sistêmica e crítica a
473partir das múltiplas dimensões da sustentabilidade ambiental, social, ética, econômica, cultural, territorial e política,
474alertando sobre possíveis impactos socioambientais causados pelas atividades antrópicas disciplinadas nas
475resoluções e, ainda, para as responsabilidades humanas na manutenção da segurança e da qualidade de vida
476ambiental. § 1º Para os fins desta Recomendação, o material educacional a ser empregado deve conter ampla
477dimensão da questão socioambiental e das suas implicações para a saúde pública e qualidade de vida ambiental.
478Art. 3º. A partir desta recomendação, todas as resoluções e legislações de proteção e gestão ambientais procurarão
479determinar a realização da Educação Ambiental atribuindo responsabilidades e prevendo fontes de recursos para a
480sua execução. Art. 4º. As diretrizes e orientações de Educação Ambiental para informação, comunicação e
481mobilização, por meio de ações, projetos e campanhas, estarão contidas em recomendação específica do CONAMA.
482Art. 5º. Os princípios da presente Recomendação procurarão ser observados e incorporados nos processos de
483revisão das resoluções vigentes". Lendo aqui, eu vi que tem alguns errinhos que já podia consertar agora. No último
484considerando, antes do recomenda, "considerando a necessidade de transversalizar a Educação Ambiental nas

485resoluções dos colegiados do SISNAMA”. Depois, no art. 2º, na terceira linha: “alertando sobre possíveis impactos
486socioambientais. Art. 5º, o último: incorporados aos processos de revisão, e não nos... Não, está certo, então, aí. Na
487nossa folha é que está errado.

488

489

490**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mais alguma coisa a acrescentar? Então, concluída a leitura
491dessa proposta de Recomendação, vamos colocar aqui na reunião para aquilo que se fizer necessário em termos de
492alterações, modificação e aprovação.

493

494

495**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Gente, a Cleide está perguntando aqui se essa recomendação dá
496outras orientações. A única orientação que eu vejo aqui a mais que ela está dando é a respeito do material
497pedagógico, que na verdade está educacional e tem que ser... Não é bem educacional aqui. É outro sentido, não é?
498Não sei, tenho dúvida nesse termo. Mas, enfim, sobre o material educacional a ser empregado. É a orientação
499adicional que a recomendação traz. E uma outra dúvida que está surgindo é por que nós estamos dizendo, ao invés
500de falar deve conter fala que “procura conter”. No § 1º, por exemplo, e depois no art. 4º...

501

502

503**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Com licença. No Art. 1º, em “deve procurar conter”, pretende
504substituir para “deve conter”.

505

506

507**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Está bem. § 1º do art. 2º, então. Deve conter. § 1 do art. 2º. Está
508assim: “para fins desta recomendação, o material educacional a ser empregado... deve conter”. Tirar esse “procurar”.
509E no art. 3º, por exemplo... Olha só, nós estamos dizendo que a partir desta recomendação todas as resoluções e
510legislações de proteção e gestão ambiental procurarão determinar a realização da educação ambiental. É só um
511esclarecimento aqui de que nós colocamos procurarão determinar e não farão. Não está de uma forma taxativa
512porque é uma proposta de recomendação e não é uma resolução. Então, não tem um caráter de obrigatoriedade.
513Então, nós tentamos amenizar tudo que for imperativo aqui na frase. Na tela então é “procurarão determinar a
514realização”. Vamos lá. Eu estava explicando, como não é resolução, é uma recomendação, o CONAMA sempre nos
515pede para usar uma técnica de não ser tão imperativo, quer dizer, de não determinar. Nós estamos recomendando
516só. Estamos dizendo que é importante. Nós podemos aqui decidir também que vai ser mais imperativo e deixar que a
517Câmara de Assuntos Jurídicos depois veja.

518

519

520**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vai haver essa correção, com certeza, quando virar resolução.

521

522

523**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu acredito, Vivian, que “procurarão” ou “deverão”
524passam pela mesma coisa. Deverão ficaria... Deverão... Mas isso é detalhe.

525

526

527**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Mas se vocês decidirem, vamos embora. Eu queria que voltasse ao
528art. 2º, por favor. Eu vou reler para você, porque como eu mexi no seu texto a partir de duas resoluções anteriores,
529está diferente do que eu trouxe. “A Educação Ambiental deve ser promovida de forma sistêmica e crítica a partir das
530múltiplas dimensões da sustentabilidade”. Isso, tudo que estiver diferente, você já tira. Aí sustentabilidade ambiental,
531social, ética... econômica, cultural, territorial e política, alertando sobre possíveis impactos socioambientais causados
532pelas atividades antrópicas disciplinadas nas resoluções e, ainda, para as responsabilidades humanas na
533manutenção da segurança e da qualidade de vida ambiental. Vamos passar o microfone para os convidados.

534

535

536**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Os convidados querem se manifestar? Por favor.

537

538

539**O Sr. PHILIPPE POMIER LAYRARGUES (DEA/MMA)** – São dois comentários: o primeiro é uma pergunta se essa
540recomendação é para todas as resoluções ou apenas as pertinentes para educação ambiental. É uma questão de
541entendimento que eu acho que não está clara. O segundo comentário é no art. 4º, que essa recomendação vincula a

542 uma outra recomendação que ainda não existe. Então, eu queria saber se essa outra, sobre a comunicação, vai ser
543 de fato uma recomendação ou pode ser uma resolução.

544

545

546 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Você perguntou para quais resoluções nós estamos recomendando
547 aqui educação ambiental. É para todas as que forem pertinentes. Então, se não tiver claro em outras partes do texto,
548 é melhor nós deixarmos bem claro mesmo. Todas as que forem pertinentes. Tem umas que estão tratando de
549 qualidade ambiental, tem uma porção de indicadores e não tem nada a ver. Quanto ao art. 4º, o comentário que você
550 fez, de fato não existe essa recomendação ainda. É uma que nós vamos pensar ainda a respeito dela e que pode ser
551 que a discussão se delongue por conta de um plano de comunicação do Ministério do Meio Ambiente, de uma
552 proposta de juntar essa recomendação com diretrizes para o SINIMA. Então, eu acredito até que esse art. 4º não
553 tenha mais pertinência aqui nessa recomendação. Eu queria discutir isto com vocês, se é importante manter ou se
554 quando sair a outra recomendação imediatamente já vão ser observadas as diretrizes para as campanhas e para
555 comunicação.

556

557

558 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mais alguém dos convidados quer se manifestar? Keilah, por
559 favor.

560

561

562 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Bom, tem uma questão aqui que foi levantada pelo
563 companheiro Rogério, no art. 2º é ética? Ou seria étnica? O que é a sustentabilidade ética?

564

565

566 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Sustentabilidade ambiental do ponto de vista ético. É uma questão
567 de valores, e tal. É ético mesmo. Valores.

568

569

570 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Caberia um étnico também? Ambiental, social... Étnico.

571

572

573 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Sustentabilidade étnica? Existe esse termo?

574

575

576 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – É o que nós estamos discutindo aqui essa questão de que
577 forma estaria respeitada aqui, vamos dizer, a questão da étnica, do étnico.

578

579

580 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – No social e no cultural não estaria, Keilah.

581

582

583 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – As dimensões da sustentabilidade se referem
584 à ambiental. Agora, os aspectos podem ser sociais, éticos, econômicos, culturais, territoriais e políticos.

585

586

587 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Pois é, está longo e está faltando separar. Podia ser dimensões da
588 sustentabilidade ambiental. Aí podia ser exemplificativo, ao invés de nós querermos pontuar todos os pontos de... Os
589 aspectos... Ou não Keilah? Você acha que seria importante ter a questão étnico-racial aqui?

590

591

592 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – É uma questão para ser considerada realmente porque não é
593 só ambiental a sustentabilidade não. Se nós pensamos só na sustentabilidade do ponto de vista ambiental, é muito
594 reduzido. Nós temos uma visão muito reduzida. Eu acho que existe a sustentabilidade nesses outros... Nessas
595 outras questões, tanto do social, inclusive do cultural, que o respeito. Exatamente quando se considera o
596 desenvolvimento do ponto de vista da evolução cultural, inclusive. De forma sustentável. É uma discussão realmente
597 que nós temos que abrir um pouco mais.

598

599

600 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Talvez não precise estar tudo num mesmo artigo, porque você pode
601 colocar: o que tem que ser abordado? A sustentabilidade ambiental e tais aspectos dela. A diversidade... O respeito
602 à diversidade étnico-racial, enfim. O que se quer dizer aqui nesse artigo? As idéias-chave dele são... A questão da
603 sustentabilidade e o alerta a respeito dos impactos e das responsabilidades humanas sobre eles. Então, aqui...
604 Vamos ver uma forma de colocar a idéia, então.

605

606

607 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Eu podia fazer uma leitura aqui a respeito do Relatório de
608 Brundtland, a partir do conceito da palavra sustentabilidade? Diz assim o Relatório de Brundtland: “A partir da
609 definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório de Brundtland, de 87, deve-se perceber que tal conceito não
610 diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere
611 principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente
612 quanto futura. Atividades econômicas, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se
613 apóia a idéia do desenvolvimento sustentável”.

614

615

616 **A Srª. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ)** – Eu vejo da forma da leitura, quando você fala aí “a
617 partir dos múltiplos aspectos e dimensões da sustentabilidade ambiental...”. Quando você segue dizendo... Você se
618 referiu à sustentabilidade ambiental, aí você exemplifica da seguinte forma: social, ética, econômica, cultural, aí você
619 está se referindo também à sustentabilidade social, à sustentabilidade à ética. Tudo está explicitado à questão
620 sustentabilidade, que poderia perfeitamente permanecer sendo colocado dentro de um parêntese. Dessa forma aí, aí
621 dá uma impressão que a sustentabilidade ambiental e social, ética, econômica, cultural... Está desassociado da
622 sustentabilidade ambiental.

623

624

625 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Inclusive na mudança aqui, na transcrição é a questão da
626 vírgula que mudou tudo, porque tirou a vírgula depois da sustentabilidade, que estava aqui nesse texto, e tirando a
627 vírgula restringiu ao ambiental. Então, quando nós voltamos com a vírgula ali, dimensões da sustentabilidade, e cita
628 todas essas dimensões, amplia de novo. É uma questão de discussão. Eu acho que essa questão da
629 sustentabilidade, ela vai sendo atualizada a partir de um momento que vai se descobrindo aí as questões da
630 amplitude do termo.

631

632

633 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Eu, particularmente, eu não... Eu não queria
634 participar deste debate, honestamente, não queria entrar neste momento no debate porque, com todo respeito, eu
635 acho que o debate lexical é o menor, no caso. Eu como advogado. Eu não sou necessariamente um educador
636 ambiental, sou um gestor público. Agora, no meu ponto de vista... Primeiro que gramaticalmente falando, se colocar
637 a vírgula depois de sustentabilidade, o texto vai ficar sem sentido, porque não se sabe a que vai se fazer referência
638 ambiental, que no caso é um adjetivo, e social também, e aí vai ficar sem concordância, porque não vai saber a que
639 ele se refere. Agora, o que eu penso, honestamente, é que o desenvolvimento sustentável, no espectro... Já que nós
640 estamos debatendo e adotando um espectro mais amplo de todas as possíveis interpretações, o desenvolvimento
641 sustentável já engloba isso tudo. Se nós colocarmos só múltiplos aspectos e dimensões do desenvolvimento
642 sustentável, não existe desenvolvimento sustentável sem sustentação ética de uma sociedade, sem desenvolvimento
643 social; sem economia, jamais; sem cultura, território, política. Portanto, eu vejo que não seria prejudicado o artigo,
644 pelo menos no seu escopo, que é contemplar a educação ambiental, se nós substituíssemos isso tudo por múltiplos
645 aspectos e dimensões do desenvolvimento sustentável, alertando sobre os possíveis impactos. E continua.

646

647

648 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Thiago, é que para Educação Ambiental tem uma diferença gritante
649 entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável é um termo que foi incorporado
650 economicamente e que nós gritamos contra ele e tem aqui na América Latina uma posição demarcada de que não
651 usaremos, os educadores ambientais. Mas, enfim, nós podemos melhorar realmente essa redação colocando
652 sustentabilidade em seus diversos aspectos. Ponto, e tirar todos eles, ao invés de... Já que não dá para colocá-los
653 todos taxativamente, que é só para exemplificar, nós podemos colocar em seus múltiplos aspectos. Para ficar mais
654 direto o texto. Dimensões da sustentabilidade. Aí vai direto para o alertando sobre os possíveis impactos. O que
655 vocês acham.

656

657

658 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu acho que nós perdemos um pouquinho exatamente na
659 discussão que nós temos que desenvolver dentro da educação ambiental. Nós perdemos uma oportunidade de
660 estarmos chamando atenção para alguns aspectos da sustentabilidade. Embora a discussão eu acho que seja muito
661 importante. Eu acho que é isso que nós estamos fazendo aqui mesmo.

662

663

664 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Keilah, o que você está sugerindo para poder sair
665 dessa... Múltiplos aspectos você não concorda. Então, qual é a sua proposta?

666

667

668 **A SR^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Não, não. Eu concordo sim.

669

670

671 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Mas você acabou de dizer que nós perderíamos, não
672 foi?

673

674

675 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Se tirar as citações de ambiental, social...

676

677

678 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – É isso que eu estou dizendo. Então, é manter essa
679 citação e acrescentar mais alguma? Étnica?

680

681

682 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – A questão étnica foi um tema que eu trouxe para ser visto se
683 caberia essa inclusão do conceito de etnia no sentido, às vezes... Às vezes nós temos a tendência a englobar tudo
684 dentro de um conceito amplo demais e não atentamos para as diversidades e para as questões mais...

685

686

687 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Só um esclarecimento, Keilah, nós estamos
688 falando de étnica ou de ética?

689

690

691 **A Sr^a. NÃO IDENTIFICADA** – Aqui étnica. Ela está pensando em étnica.

692

693

694 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu perguntei inicialmente se era ética mesmo ou se seria
695 étnica, a partir de uma questão que foi levantada. Mas aí foi justificado que sim, ética. Existe a intenção de se colocar
696 realmente a ética dentro do conceito da sustentabilidade.

697

698

699 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – E qual a sua proposta? Mantém do seu jeito que
700 está.

701

702

703 **O Sr. ROGÉRIO JOSÉ DIAS (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Mantém a mesma redação. E o nosso caso era se
704 haveria a possibilidade de acrescentar o étnico ali. Nós tínhamos até entendido “étnico” com se fosse étnico. Eu não
705 tinha conseguido entender essa sustentabilidade étnica.

706

707

708 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu acho que isso é uma oportunidade que nós temos para
709 discutir conceitos, discutir idéias, entendimento, porque o Ministério da Cultura trata disso. Então, nós estamos
710 trazendo as questões relativas à cultura e...

711

712

713 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Acrescentar depois de social "étnico". Pronto.
714
715
716 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Se puder colocar junto à cultura, melhor. Para não confundir
717 ali o "ética" com "étnica". Só uma questão... "Cultural, étnica". Ou antes.
718
719
720 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – E aí fecha, Keilah? Então, pronto. Esse é art. 2º, não
721 é Paulo? Fechamos, então. Onde é que fica clara a questão de colocar as resoluções pertinentes à EA, para deixar
722 claro, Viviane, o que você sugere?
723
724
725 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Teria que ser no art. 1º. "Nas resoluções dos órgãos colegiados do
726 SISNAMA".
727
728
729 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Só se colocar: nas resoluções pertinentes à
730 Educação Ambiental dos órgãos colegiados no SISNAMA...
731
732
733 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – É que não são pertinentes à educação ambiental, são nas resoluções
734 onde haja pertinência desenvolver educação ambiental.
735
736
737 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu acho isso meio óbvio, viu Filipe? Eu acho que nós
738 poderíamos deixar aqui mesmo em aberto. Eu acho que... Isso é meio óbvio. Eu acho que todas as resoluções que
739 dizem respeito à Educação Ambiental vão estar... Eu acho que não precisaria estar colocando isso aí não, em minha
740 opinião. Pode deixar em aberto, porque senão nós vamos...
741
742
743 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Eu acho que é importante deixar claro sim, Tita. Eu concordei com o
744 Filipe. E eu acho que é fácil deixar. Quer ver? "Recomenda: Nas resoluções dos órgãos colegiados do SISNAMA
745 onde se fizer pertinente a Educação Ambiental que seja prevista a realização de ações...
746
747
748 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Olha só! Porque a proposta de recomendação é para
749 nós trazermos a transversalidade da educação ambiental. Entendendo que a Educação Ambiental está em vários
750 aspectos. Então, se nós colocarmos pertinente a EA nós já fechamos.
751
752
753 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Então, espera aí: "Nas resoluções dos órgãos colegiados do
754 SISNAMA, onde se fizer pertinente, mobilizar e engajar a sociedade na defesa, conservação e recuperação do meio
755 ambiente aí, sim. Recomenda-se que seja prevista a realização de educação ambiental". Dá para usar esse mesmo
756 artigo. É só colar... Quer ver? Cola em baixo. A minha proposta é a seguinte, que coloque assim: "Nas resoluções
757 dos Órgãos Colegiados do SISNAMA, onde se fizer pertinente..." (aí você vai lá e copia) "...Mobilizar e engajar
758 sociedade na defesa, conservação e a recuperação do meio ambiente" (tira toda essa parte) até, meio ambiente, só.
759 Isso. Você copia e cola. Depois, de se fizer pertinente, isso, meio ambiente, (vírgula) que seja realizada, que sejam
760 realizadas, sejam previstas e realizadas, desculpe..." Deleta esse "realizadas" que você está começando a digitar.
761 "Sejam previstas..." Certo, aí, tira a "realização" e coloca: "Ações, programas e campanha de ação ambiental".
762 Pronto. "Ações e programas de educação ambiental". Pode até manter o resto então, o "amparando a divulgação de
763 Informações sobre mecanismos de gestão". Isso. Perfeito. Será que ficou claro agora ou não?
764
765
766 **A Srª. KEILAH DINIZ (MEC)** – Eu acho que nós perdemos a força. Quando você coloca "onde se fizer", você já tira o
767 poder, a força do que vem depois. Por que o que nós queremos? Que realmente sejam realizadas ações, programas
768 ou campanhas de educação ambiental. Então, nós temos que focar aí, nas resoluções dos órgãos colegiados do
769 SISNAMA: Sejam previstas ações, programas, ou campanhas de educação ambiental, amparando a divulgação de

770informações sobre mecanismo de gestão e proteção. Eu acho que isso nem precisa: Sejam previstas ações,
771programas... Porque nós voltamos naquela idéia. Até daquela proposta, daquela redação... Como é que é que nós
772estávamos chamando? “Em todas as cláusulas padrão” entendeu? De forma incisiva: Nas resoluções dos órgãos
773colegiados do SISNAMA sejam previstas ações, programas, ou campanhas de educação ambiental, aí, se quiser?
774Eu não sei se precisa isso, onde se fizer pertinente? Tem que objetivar mais. Ser mais incisivo.

775

776

777**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu acho que isso aí tem que se tirar. Se não tiver
778consenso entra na votação. Não precisa disso, se nós estamos ampliando agora porque nós vamos dizer se é
779pertinente. É óbvio já, que está. Mantém a primeira.

780

781

782**A Srª. KEILAH DINIZ (MEC)** – É porque a forma dessa Educação Ambiental pode ser de outras maneiras, que não
783mobilizar e engajar a sociedade na defesa...

784

785

786**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – É, mas tem um pequeno problema também. Se nós não dissermos
787qual a forma. Acaba não acontecendo nada.

788

789

790**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Mas a forma está na lei, a forma está nos princípios.
791Tem um monte de coisa. O que nós estamos dizendo aqui é que nós queremos é a EA transversal, seja ela, onde
792que ela apareça, em qualquer resolução, entendeu? Então, cabe a quem propor. O grupo que for propor é que vai
793entender o que é pertinente, ou não. E, não nós dissermos se é pertinente, ou não, porque para nós, nos queremos
794que esteja em todos os âmbitos, em todos os espaços. Eu acho que é redundante nós ficarmos falando. Eu acho que
795o foco é: Se nós colocamos “pertinente” ou não.

796

797

798**A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – “Sejam previstas ações programas ou campanhas”.

799

800

801**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Olha, não está sendo utilizado o microfone. Vai ficar difícil
802depois fazer a reconstrução disso em ata. Então, seria bom nos organizarmos bem.

803

804

805**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu posso só sugerir aqui? Vamos por parte. Acho
806que primeira coisa é saber se nós deixamos como pertinente ou não, Felipe que fez a proposta, Viviane que já
807sugeriu ficar, como é, o que vocês acham?

808

809

810**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Eu só acho o seguinte. Que se nós formos muito incisivos... Bom, é
811óbvio que vai ser educação ambiental, onde vai ser pertinente, mas a maior parte das resoluções não têm nada a
812ver. Discutem parâmetros, trazem percentual, tabelas, coisas que não cabem na educação ambiental. Eu acho que,
813de fato, nós perdemos um pouco a força quando acaba restringindo e tal, mas aqui nos também dá a impressão de
814que nós estamos impondo a Educação Ambiental em tudo, sem uma lógica. E a lógica é, justamente que onde for
815pertinente esse engajamento da sociedade e a inclusão das pessoas nesses processos de gestão dos recursos
816ambientais. Então, eu tenho essa dúvida, aí.

817

818

819**A Srª. THAIS FERRARESI FERREIRA (DEA/MMA)** – Eu acho que análise de pertinência ela já vai ser colocada no
820momento em que nós colocamos uma recomendação e não uma resolução. Então, já faz essa certa análise de
821pertinência. E eu acho que não é importante nós ressaltarmos isso novamente... Como é que vocês colocam ali?
822Onde se fizer pertinente no texto da recomendação, porque esse caráter de recomendação já contempla essa nossa
823proposta.

824

825

826**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Então, eu acho que já tira. Então, esse é o primeiro
827ponto. Esse vermelhinho todo sai, logo. E aí vamos voltar lá. E aí vamos ler: “Nas resoluções dos órgãos colegiados
828do SISNAMA seja prevista a realização de ações, programas ou campanhas de EA para mobilizar e engajar a
829sociedade na defesa de conservação e recuperação do meio ambiente amparando a divulgação de informação sobre
830mecanismo de gestão e proteção de animais”. Eu ficaria por aí, Ok. Eu acho que está limpinho o texto. Eu acho que
831está bom.

832

833

834**A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Só uma dúvida aqui: A questão da educação ambiental. Ela
835sempre vai envolver a mobilização e o engajamento da sociedade? Por exemplo, quando nós estamos falando de
836Resolução dos Colegiados pode envolver alguma questão que é diretamente ligada, por exemplo, às empresas.

837

838

839**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Mas as empresas também têm as ações. É o
840licenciamento. Está tudo ligado.

841

842

843**A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Mas, nós estamos falando de mobilização da sociedade, tudo
844bem, em alguns casos e, em outros, talvez, seja uma coisa implícita dentro da própria empresa e, não...

845

846

847**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – É isso que eu quero dizer a você, Keilah. A empresa.
848Qual o fim dela? É a ação também, é com pessoas, é campanha, entendeu? A empresa ela não morre em si. Os
849processos de licenciamento, todos os programas EA a partir das empresas se dão em comunidade. Dá-se nessa
850mesma linha de mobilização e sensibilização. É isso que eu estou dizendo para você. O que você está colocando,
851dando um destaque a empresa, não foge daí não. A empresa não está longe desse contexto, embora privada,
852entendeu? Mas todos os programas e campanhas de EA passam pela questão da sensibilização, ou vem de
853empresa, ou vem de Instituição pública, ou vem de escolas, ou vem não sei o quê, mas o foco é esse aí.

854

855

856**A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu não sei se eu me fiz entender.

857

858

859**A Srª. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ)** – Eu vejo aí o ponto que a Cleide colocou e que não
860está sendo visto aí. É a questão de “previsto e realização”. Certo? Então, essa realização não se faz necessária
861nesse texto, porque você está falando: “As resoluções dos colegiados do SISNAMA sejam previstas a realização de
862ações”. Sejam previstas ações, programas, campanhas. Não tem a necessidade de “realização” já que você está
863recomendando.

864

865

866**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – A pergunta é. Vamos tirar?

867

868

869**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Está fechada a questão em termos do texto?

870

871

872**A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu realmente não estou convencida. Desculpem, mas eu
873queria só entender mais. A questão que eu coloco é a seguinte: As resoluções dos colegiados, órgão colegiados,
874muitas vezes estão focadas dentro de questões diretamente ligadas a empresas, a indústria e etc., etc.. Que não
875envolve “vamos dizer assim”, necessariamente, a mobilização da sociedade, mas é uma ação. Uma atitude da
876própria empresa em relação à educação ambiental. Então, o que nós estamos colocando aqui. Está só direcionada a
877mobilização da sociedade, mas porque nós estamos focando para a mobilização, mobilizar e engajar a sociedade.
878Então, nem sempre as resoluções estão voltadas para isso. Então, eu acho que, e também a última frase:
879“Amparando a divulgação de informações sobre mecanismo de gestão e proteção ambientais”. Eu também não sei
880se é isso. Essa Educação Ambiental de modo a amparar a divulgação de informações. Eu não sei, talvez... A minha
881idéia é essa. Eu acho que nós podemos dar uma outra... Eu não concordo. Eu não estou conseguindo enxergar que
882seriam ações, programas ou campanhas de educação ambiental, talvez, voltadas para a mobilização e engajamento

883da sociedade, mas também da própria atitude da empresas ou... É porque é muito ampla essa questão das
884resoluções. Nós estamos tratando da questão de SISNAMA envolve um arcabouço muito grande de leis e...

885

886

887**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, Keilah você teria sugestão a um texto completo? Que
888aí já ficaria mais conciso e objetivo?

889

890

891**A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Isso. Eu só queria, em primeiro lugar, saber se a Educação
892Ambiental necessariamente ela envolve a mobilização e o engajamento da sociedade, necessariamente, em todas as
893situações?

894

895

896**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Keilah, nós tínhamos falado de fazer uma cláusula padrão no início.
897E uma das dificuldades que nós tivemos foi justamente identificar qual seria o público alvo dessas campanhas
898porque cada Resolução do CONAMA tem um público alvo. Então, de repente a campanha da Educação Ambiental
899do público alvo... Lembra que nós começamos pela resolução de Lodos e Esgotos. Então, quem era? Ah! Tinha o
900produtor, tinha a pessoa que ia fazer o transporte. Tinha tantos públicos diversos que nós não conseguimos fazer
901uma cláusula padrão, e aí nós, tentamos e passamos a essa estratégia agora dessa Resolução aqui. Então quando
902se fala em engajamento da sociedade nós estamos, justamente, falando num sentido super amplo e dando a
903possibilidade de que seja especificado depois, caso a caso, dentro das resoluções CONAMA, porque nós não
904sabemos qual que é o público alvo. Às vezes, vai ser mesmo empresa esse público alvo, vai ser pessoa que faz
905transporte de resíduo perigoso, pode ser o consumidor. Então, é muito difícil detalhar qual o público alvo. Eu
906concordo com você, mas eu não saberia. Eu não tenho sugestão de como detalhar. Agora, quanto à Educação
907Ambiental voltada aos mecanismos de gestão e proteção ambiental, pode ser que não seja essa a redação também,
908mas é muito importante que fique claro que a Educação Ambiental não vai ser comportamental. Dizendo como é que
909a pessoa tem que agir ou os cuidados que ela tem que ter com a saúde e com o meio ambiente. Mas que também
910ela seja inclusiva, para que as pessoas participem dos processos de discussão de uma política pública e, dos
911mecanismos de gestão ambiental realmente, entende? Então ela é um pouco mais. Esse finalzinho está um pouco
912mais político. Para que seja uma Educação Ambiental que não seja comportamental, mas que traga as pessoas para
913o debate para a questão da gestão dos recursos naturais.

914

915

916**O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Uma proposta de convergência que me
917perece: nós podemos avaliar se não há realmente a indução a partir da palavra “para”. Eu tenho dificuldade de
918imaginar como seria a divulgação de informação de mecanismo de gestão para crianças, por exemplo, porque
919Educação Ambiental também pode ser voltada para criança, deve. Então, uma proposta de convergência de redação
920seria a supressão a partir de “para mobilizar”, porque talvez esse ponto aí, talvez, seja o gargalo. E ações, ou
921programas de campanha de Educação Ambiental está mais do que claro, está amplo e pode atingir mais. É menos
922restritivo, mais amplo. Obrigado.

923

924

925**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Bom, essa questão de redação eu acho que deveria ser
926objetivado e entendido por todos os presentes, porque, senão pode haver uma mudança muito grande no objetivo do
927texto. Eu acho que a Viviane seria a pessoa mais indicada para esclarecer.

928

929

930**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – A questão é que nós não estamos falando de qualquer educação
931ambiental. Um dos problemas que nós temos, e que nos fez novamente... Qual o histórico dessa resolução, dessa
932recomendação? Nós vimos que tem diversas legislações e resoluções que falam em educação ambiental, mas não
933dizem: quem vai fazer, que tipo de Educação Ambiental e para quem ela é importante. A partir disso é que veio a
934proposta dessa recomendação. Então, não adianta colocar mais uma frase que vai ser inserida em todas as outras:
935De que seja prevista a realização da educação ambiental. Ponto. Então, isso é muito grave. Vai acabar com a nossa
936recomendação, porque se tem que dizer para quê. O que é que se quer dessa educação ambiental, por meio do que,
937qual é o objetivo. Dar parâmetros mínimos. Essa Resolução tinha esse objetivo. É claro, que se vocês estão achando
938complexa e tal... Nós temos que chegar a uma outra redação.

939

940

941 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu acho que nós poderíamos ampliar um pouco mais e não
942 ficar só na sociedade. Eu tenho uma sugestão: “Nas resoluções dos órgãos colegiados do SISNAMA sejam previstas
943 ações, programas ou campanhas da Educação Ambiental para mobilizar e engajar Instituições públicas e privadas e
944 a sociedade”, ou seja, nós ampliamos, estamos engajando escolas, ou seja, nós ampliamos para Instituições e
945 sociedade. Olha, a responsabilidade que vocês estendem para empresa, sociedade, escola e etc.. É a minha
946 proposta: “Mobilizar, engajar instituições públicas e privadas e a sociedade, na defesa”. Eu não sei se atende a você,
947 Keilah?

948

949

950 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu acho que sim.

951

952

953 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Eu acho importantes as intervenções
954 anteriores. Foram importantes, deu um clareamento. Foi bom o que a Viviane disse. Eu recordo aqui a todos de um
955 trecho da Política Nacional do Meio Ambiente, no seu princípio 10: “Educação Ambiental para todos os níveis de
956 ensino, inclusive educação da comunidade objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio
957 ambiente”. Eu acho que nada mais legítimos do que nós citamos a Política Nacional de Meio Ambiente. Então, uma
958 proposta de redação poderia ser: “Ações, programas ou campanhas da Educação Ambiental para participação ativa
959 na defesa do meio ambiente”. Foi lembrado, sobre a gestão, sim. Mas como não é intenção restringir a gestão, mas
960 como está recomendando ações, programas e campanhas para Educação Ambiental não se pode restringir também
961 a um público, como foi dito antes. Há um público em que educação ambiental, gestão, educação ambiental, não...
962 Talvez não atinja como: Infância e adolescência. Como eu citei aqui antes.

963

964

965 **A Srª. FLÁVIA M. ROSSI DE MORAIS (ICMBIO/EA)** – Eu não concordo que você não possa trabalhar com a
966 questão da gestão com as crianças, por exemplo, em escolas. Você pode fazer um exercício de gestão da escola,
967 em assembleias com os alunos. Você pode ensinar para a criança a questão da gestão. É uma questão de visão de
968 educação ambiental, aí. O Felipe, inclusive, citou o “Com Vidas”.

969

970

971 **A Srª. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL)** – Eu, só para complementar. O papel da balinha é um resíduo sólido e a
972 criança já tem essa gestão, no mínimo essa, fora várias outras que ela tem para nós que estamos no interior e não
973 na cidade grande. Que tem em beira de rio. Tem uma infinidade de gestão que uma criança pode fazer. E quanto
974 mais cedo ela aprender, melhor. Obrigada.

975

976

977 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Ela teria que fazer um texto completo para isso. Queria juntar
978 tudo isso e fazer um texto?

979

980

981 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu já estava contemplada com a proposta da Cleide de incluir:
982 Instituições Públicas e Privadas, não é isso?

983

984

985 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Senhor Presidente, eu mantenho a
986 minha proposta de redação. Eu acho coerente. Eu acho importante.

987

988

989 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Eder, você insiste nessa proposta aqui de redação sua?

990

991

992 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Seria, todo esse artigo no original até
993 educação ambiental. E aí inclui um trecho da “Política Nacional de Meio Ambiente para participação ativa na Defesa
994 do Meio Ambiente”. Supressão de todo o resto do artigo.

995

996

997 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vamos fazer os dois textos separados. Depois nós avaliamos
998 os dois e optamos por um. Vamos redigir os dois.

999

1000

1001 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Art.1º: nas Resoluções dos Órgãos
1002 Colegiados do SISNAMA, sejam previstos ações, programas ou campanhas de Educação Ambiental para
1003 participação ativa na defesa do meio ambiente “”.

1004

1005

1006 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Já arruma ali a realização, também que está riscada. Vamos
1007 fazer a proposta integral sem... Eder, esse é o texto, então? Vamos fazer o encaminhamento. Eu só queria ver se
1008 está completo já o primeiro texto. Você não quer deixar completo, tirar realização e já deixar limpos os textos?
1009 Porque aí nós só fazemos as duas leituras e pomos em votação. Então, eu vou fazer a leitura das duas e vamos
1010 fazer a opção. Certo? Então, recomenda, art. 1º: "Nas resoluções dos órgãos colegiados do SISNAMA sejam
1011 previstos programas ou campanhas de Educação Ambiental para mobilizar e engajar instituições públicas e privadas
1012 e a sociedade na defesa, conservação e recuperação do meio ambiente amparando a divulgação de informações
1013 sobre mecanismo de gestão e proteção ambientais". Segunda proposta, esta do Ministério do Esporte: "Nas
1014 Resoluções dos Órgãos Colegiados do SISNAMA sejam previstos ações, programas ou campanhas de Educação
1015 Ambiental para participação ativa na defesa do meio ambiente”.

1016

1017

1018 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu teria uma terceira, em cima da primeira, ali: “Nas
1019 resoluções dos órgãos colegiados do SISNAMA – sejam previstos ações, programas ou campanhas de Educação
1020 Ambiental no sentido de mobilizar e engajar Instituições públicas, privadas e a sociedade envolvida na defesa e
1021 preservação do meio ambiente”.

1022

1023

1024 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Bom-dia. Eu gostei da versão curta. Eu sei que passou por um monte de
1025 debates aqui. Aquelas especificações todas, mas a versão curta poderia incluir a questão da sociedade. Então, é a
1026 participação ativa de Instituições Públicas e Privadas e da sociedade na defesa de meio ambiente. E eu acho que aí
1027 ficaria...

1028

1029

1030 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – É preciso ver se o autor da proposta, do
1031 Ministério do Esporte contempla essa proposta. Senão contemplar tem que ser uma quarta proposta.

1032

1033

1034 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Com certeza eu contemplo a proposta
1035 da Rachel e, obrigado pela contribuição, inclusive.

1036

1037

1038 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vamos fazer o seguinte: vamos fazer três propostas
1039 individuais porque ficará mais fácil depois.

1040

1041

1042 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Senhor Presidente, já que foi colocada
1043 uma nova proposta, o Ministério do Esporte, retira a nossa proposta e apoiamos a proposta do MEC.

1044

1045

1046 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, fica a proposta da Rachel, apoiada pelo Eder. Eu
1047 sugiro que, ali na questão, mudar: previsto ações, colocar “previstas ações”, para dar concordância. Você está
1048 fazendo concordância com programas? Ok.

1049

1050

1051 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – “Participação ativa da sociedade em geral na defesa do meio ambiente”.

1052

1053

1054 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mais alguma coisa, Eder? Ok. Rachel. Vamos colocar em
1055 votação. Então, aqueles que são a favor da proposta do MEC e Ministério do Esporte que se manifestem, por favor.
1056 Estamos votando a proposta do MEC Ministério do Esporte. Quem é favor dessa proposta?

1057

1058

1059 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu só perguntaria se “em geral” cabe ou se é necessário que
1060 fique em geral?

1061

1062

1063 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, voltamos à Rachel e ao Eder.

1064

1065

1066 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Talvez não, mas eu só queria contemplar os detalhes da discussão anterior.

1067 Então, eu achei que tinha que colocar “em geral”, mas não precisa. Pode tirar. Por mim pode tirar. O que o Ministério
1068 do Esporte pensa?

1069

1070

1071 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Pode tirar. Questão de Ordem: só para
1072 clarear, poderia votar na ordem que está redigida.

1073 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos votar primeiro na proposta do Ministério da
1074 Cultura. Vou ler novamente, há necessidade? Não, Então eu vou colocar: quem é favor da proposta do Ministério da
1075 Cultura, se manifeste. A original está valendo? Então, são três propostas: A primeira original, a proposta do Ministério
1076 da Cultura, com alteração; e a terceira, que é a proposta do MEC e do Ministério do Esporte. Então, como vocês
1077 querem fazer a votação? Então vamos para a primeira. Quem é a favor da primeira proposta, a original. Então não
1078 temos ninguém apoiando à primeira, é isso? Então vamos para a segunda, proposta do Ministério da Cultura.

1079

1080

1081 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu queria retirar a proposta uma vez que, se o sentido era
1082 preservar o detalhamento da original, e que houve uma indicação de não há necessidade desse detalhamento,
1083 embora nós tenhamos discutido aqui a importância de constar ali algumas evidências da educação ambiental, se
1084 existe um consenso nesse sentido, eu posso retirar a proposta do Ministério da Cultura, com todas as dificuldades
1085 que possam advir da sinterização excessiva.

1086

1087

1088 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA Brasil)** – Então fica aí retirada à proposta do Ministério da Cultura porque
1089 já se sente contemplada dentro da proposta que se segue. Então, agora vamos nos manifestar pela proposta do
1090 MEC e Ministério do Esporte. Então, quem for a favor desta resolução, desta proposta. É a terceira proposta estamos
1091 em votação. Então, aprovada a proposta do MEC e Ministério do Esporte. Então, dessa maneira encerramos a
1092 primeira, da Ordem do Dia, que é a Proposta de “Recomendação a Educação Ambiental como Política Pública nas
1093 principais resoluções do CONAMA”. Vamos partir para a segunda, ainda, agora nesse período de manhã?

1094

1095

1096 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Senhor Presidente, só um pequeno
1097 ajuste. Eu creio que vá ter consenso. Não é uma grande modificação, mas me parece ser importante, no segundo
1098 artigo: “Sustentabilidade ambiental: social, ética, econômica, cultural e territorial: sustentabilidade ambiental alertando
1099 sobre isso”. Não? Não. Tudo bem. Eu retiro a proposta, se o caso é polêmico.

1100

1101

1102 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos acatar a decisão desse texto. E vamos dar uma
1103 olhada no art. 4º, que a Viviane tem alguma dúvida, e eu gostaria de saber se foi retirado ou não?

1104

1105

1106 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu acho que cabe, ainda, nesse artigo segundo, mas... Se
1107 quiserem ir para frente, vamos.

1108

1109 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – A proposta era de retirar esse artigo, porque não existe ainda essa
1110 recomendação e que quando ela sair, quando ela existir ela já vai trazer essas diretrizes. Então não precisa constar
1111 aí. É o art. 4º.

1112

1113

1114 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – As diretrizes estarão contidas em recomendação específica.
1115 Pode ser até uma recomendação para que se faça uma resolução específica. Então, ou ela já existe ou está se
1116 recomendando que se faça. Eu acho que tem que deixar.

1117

1118

1119 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então fica assim. Podemos encerrar agora essa...

1120

1121

1122 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Tem que tirar o “estarão” porque é estranho uma norma que fala do futuro. É só
1123 mudar esse tempo o verbo. Eu proponho que nós mexamos no tempo do verbo, porque é impossível uma
1124 normatização que fale, de alguma outra, que está no futuro. Então, as diretrizes e orientações da Educação
1125 Ambiental para... Contidas em recomendações específica do CONAMA. Aí nós não sabemos que tempo o verbo
1126 está. “As diretrizes e orientações da Educação Ambiental para informação e comunicação...” É que está muito
1127 distante. As diretrizes contidas em recomendação específica do CONAMA para informação comunicação... É só
1128 mudar, porque está muito distante e aí parece que não tem verbo. É assim. É que, na verdade, a frase está confusa.
1129 É assim: “As diretrizes e orientações para ações projetos e campanhas contidas em recomendação específica do
1130 CONAMA para informação, comunicação e mobilização para ações de mobilização”. Ela está confusa a frase, é só
1131 isso. Eu posso tentar reconstruir a frase. Eu vou escrever aqui e depois eu passo.

1132

1133

1134 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, nós vamos passar para o próximo e aguardar que
1135 Rachel que dê a redação final para o texto que foi aprovado aqui na Plenária.

1136

1137

1138 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – No art. 3º também, quer dizer todos os outros, eles, estão
1139 mais objetivos. Esse terceiro começa: A partir dessa recomendação, quer dizer...

1140

1141

1142 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Tem sugestão de alteração?

1143

1144

1145 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Está tudo no futuro, Rachel.

1146

1147

1148 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – É diferente. Nesse caso não tem problema. Mas no caso desse parágrafo
1149 “deverão estar contidas” é outra coisa, está remetendo a uma outra norma.

1150

1151

1152 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Mas a idéia é essa mesmo. O CONAMA costuma fazer isso para
1153 dizer que a outra questão, ainda, vai ser regulamentada. O que eu disse é que eu acho que não precisa dizer aqui,
1154 que vai ser regulamentada, porque nós vamos trabalhar paralelamente, agora. E até porque pode ser que demore
1155 um pouco, por conta da discussão do SINIMA e daquele GT, que vai trabalhar o plano de comunicação ambiental,
1156 que vai ser unificada essa discussão. A minha sugestão é de que tire. Ou, que se vai ficar, deixe só as diretrizes e
1157 orientações de Educação Ambiental para ações projetos e campanhas que estarão contidas em recomendação.
1158 Então, tira “para informação, comunicação e mobilização”. Ou tira o artigo ou diminui um pouquinho.

1159

1160

1161 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vamos seguir para a próxima questão da pauta.

1162

1163

1164 **A Srª. MARIA JOSÉ S. HOLANDA (GOVERNO DO CEARÁ)** – Eu gostaria de perguntar como é que está a
1165 programação em relação a tempo. Qual será a hora do intervalo do almoço ou se vai ser direto. São 12h35.

1166

1167

1168 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Nós estamos programando: Meio dia e meia para encerrar e
1169 recomendar às 14h e terminar às 17h.

1170

1171

1172 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Vamos começar e pegar pelo menos o segundo
1173 ponto? Só rapidinho. Não rapidinho, mas mais objetivos, eu acho. Nós podemos objetivar mais.

1174

1175

1176 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos tentar. E se prolongar demais, nós aumentamos
1177 um pouquinho o almoço para 12h30. Estão de acordo, pode ser? Então vamos matar esse segundo e já fica mais
1178 densa a primeira parte. Então vamos para a discussão sobre a Proposta de Seminário: A Educação Ambiental no
1179 Setor Produtivo: Empresários e Trabalhadores.

1180

1181

1182 **O Sr. ROGÉRIO JOSÉ DIAS (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Paulo, eu gostaria de saber o seguinte: esta resolução,
1183 essa recomendação já foi fechada na integral?

1184

1185

1186 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Ela foi aceita integralmente e que só faltava aquele art. 4º, que
1187 a Viviane concordou que estava ok. Tem mais alguma coisa a acrescentar, Viviane, aí nessa pergunta se tem mais
1188 alguma coisa?

1189

1190

1191 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Está fechada. Só falta aquele art. 4º, porque a proposta é do MEC, e
1192 nós estamos pensando numa outra coisa. Eu não sei se manda depois...

1193

1194

1195 **O Sr. ROGÉRIO JOSÉ DIAS (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Se ela já estiver fechada, tudo bem agora se vai haver
1196 alguma complementação, parece que do pessoal do MEC, com respeito ao art. 4º, ou fecha isso hoje ou então fica
1197 isso em suspenso. Não tem saída.

1198

1199

1200 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Nós só estamos aguardando a redação do texto. Se caso
1201 houver alguma divergência de opinião, nós retomamos o assunto e pomos em votação novamente. Então: Proposta
1202 de Seminário: Práticas de Educação Ambiental nas Empresas”. Já vem de outra reunião. Então, vamos fazer a
1203 leitura? Eu não a tenho em mãos. Eu vou ter que lê-la na tela.

1204

1205

1206 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Só uma Questão de Ordem: nós vamos fazer a
1207 leitura, nós vamos sugerir coisas aqui, é isso, e ver a possibilidade de datas, indicativos de datas e ver como nós
1208 vamos fazer?

1209

1210

1211 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vamos fazer da seguinte maneira: como há alterações nesse
1212 texto e eles vão ser apresentados ainda hoje à tarde, vamos fazer primeiro a questão de datas e outras observações
1213 que são mais objetivas e não dependem de texto.

1214

1215

1216 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – E se nós pegarmos outro item da pauta?

1217

1218

1219 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, podemos partir para um terceiro item que seria:
1220 Estratégia de Urgência para Aplicação da Compensação Ambiental em Estudo da Educação Ambiental, conforme a
1221 Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

1222

1223

1224 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Vamos suspender. São 12h30. 14h nós estaremos de volta.

1225 Foi o que nós combinamos. O que vocês acham?

1226

1227

1228 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Estão todos de acordo? Então suspendemos a reunião, agora

1229 às 12h30. Então, vamos agradecer a Rachel. Então, vamos votar nesse art. 4º, nessa proposta do MEC, por favor?

1230 Estamos com quorum aqui para votar? Falta uma pessoa para quorum? Bahia e Esportes, vamos votar? Então,

1231 estamos colocando em votação a proposta do MEC, que é art. 4º, que houve uma alteração na redação. Passa a ser:

1232 “As diretrizes da Educação Ambiental contidas em recomendação específica do CONAMA orientarão ações, projetos

1233 e campanhas de informação e comunicação”. Caso haja alguém que tenha alguma coisa a acrescentar, se não,

1234 acatamos como aprovada. “As diretrizes da Educação Ambiental contidas em recomendação específica do CONAMA

1235 orientarão ações, projetos e campanhas de informação e comunicação”. Aprovado. Então, aprovado art. 4º, por

1236 unanimidade. Vamos suspender a reunião por agora e voltamos às 14h.

1237

1238

1239 *(Intervalo para o almoço)*

1240

1241

1242 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Boa-tarde a todos. Vamos começar com a parte da tarde

1243 agora, partindo para a segunda questão, que se trata do item 3.2: Discussão sobre a Proposta de Seminário: A

1244 Educação Ambiental no Setor Produtivo: Empresários e Trabalhadores. É uma questão que requer bastante atenção

1245 e tentar resolvê-la ainda hoje, se for possível. Há necessidade de fazer a leitura?

1246

1247

1248 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu posso prestar um esclarecimento? Eu gostaria de prestar

1249 um esclarecimento sobre o andamento do processo, como tem sido feito. Então, essa proposta de Seminário saiu

1250 num encontro de Educação Ambiental em 2006. E seria a parte do setor empresarial, a Educação Ambiental como

1251 ela é ministrada pelo setor empresarial. E a primeira proposta foi feita pelo Doutor Tarcísio, de Vitória que ofereceu,

1252 inclusive, a cidade, toda a infra-estrutura disponível na Prefeitura para que se fizesse então, esse seminário lá. E fez

1253 uma primeira minuta das justificativas, dos objetivos, da metodologia desse seminário. Nós ficamos, praticamente,

1254 2007 sem discutir essa proposta. E as coisas evoluíram, as diretrizes, as cabeças evoluíram, amadureceram e nós

1255 conversávamos, já mais de perto, com o MEC, com o departamento de Educação do próprio Ministério vendo que

1256 nós precisaríamos rever as justificativas, os objetivos, os produtos, até a metodologia desse seminário. Então, hoje

1257 nós estamos apresentando... Foi nessa linha que o MEC fez a sua proposta que, infelizmente, não chegou a tempo.

1258 Nós fizemos essa reunião tardiamente, ela só chegou na sexta-feira, e nós temos que disponibilizar com cinco dias

1259 de antecedência da reunião. O que chega nesse período, às vezes, nós ainda conseguimos trazer para cá e até

1260 disponibilizar, mas é muito difícil. Então, eu faço um apelo para que todas as contribuições cheguem com

1261 antecedência de cinco dias da reunião, porque é o último período que eu tenho para disponibilizar. E feito isso,

1262 muitas vezes, a gente nem abre, acaba nem abrindo o e-mail na véspera, na sexta-feira, como foi o caso. Com isso

1263 fica bastante prejudicado. Eu estou distribuindo hoje, então, em papel, e apresentando aqui, em meio digital, para

1264 nós fazermos as correções e incorporar as sugestões. Resumindo, nós temos duas propostas: uma do MEC mais

1265 recente, que já incorporou muito da proposta do Tarcísio. E outra do Tarcísio, que foi a original, que deu então, serviu

1266 como base, até, para disparar essa do MEC. Então, como sugestão: nós poderíamos trabalhar no texto mais

1267 moderno, sem perder de vista aquele texto do Tarcísio que foi disponibilizado sobre o seminário. E para tentar,

1268 então, fazer a nossa proposta. Para nós afinarmos o que nós pensamos e o que se espera desse seminário. Fazer

1269 uma distribuição de tarefas, marcar a data provável desse seminário. Se é primeiro semestre, segundo semestre, ou

1270 enfim. Discutir pautas, objetivos e produtos desse seminário e as responsabilidades. Quem ficaria encarregado de

1271 tocar o quê? Porque é muito trabalho de se fazer um seminário. Então vamos ver. Criar um Grupo de Trabalho para

1272 isso. Vamos ver então o que pode ser feito para nós viabilizarmos esse seminário este ano, que é o desejo do

1273 Ministério do Meio Ambiente, do CONAMA, do MEC e eu acho que de todos aqui presentes. Seria a nossa pérola

1274 deste ano.

1275

1276

1277 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos dar continuidade. É necessário fazer a leitura?

1278 Então vamos fazer leitura do tema em questão. “Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Câmara Técnica

1279 de Educação Ambiental, Seminário: A Educação Ambiental no Setor Produtivo, Empresarial e Sindical. Apoio da

1280ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Governo do Estado da Bahia, Órgão
1281Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – OG/PNEA. 1 – Justificativa: Os graves impactos das mudanças
1282sócio-ambientais globais nos desafiam na busca por novos caminhos, transformando os paradigmas produtivos,
1283culturais, econômicos, político e éticos para a construção de sociedades e para a melhoria da qualidade de vida
1284ambiental de todas as pessoas. Nos setores empresariais e econômicos, esse desafio se reflete no conceito de
1285responsabilidade Socioambiental que se refere ao empenho desses setores na construção de sociedades mais
1286justas e ambientalmente sustentáveis. Tal empenho passa por ações como a mobilização de recursos para
1287transformar e desenvolver o ambiente onde as empresas se inserem e atuam, incluindo ainda, questões relacionadas
1288a direitos sociais, humanos, trabalho, relação com a comunidade, com o Estado, consumidores e outros. Com isso,
1289nota-se no ambiente empresarial adoção de ações voltadas à identificação, processos produtivos, ecoeficientes, ao
1290gerenciamento de resíduos; a redução de consumo de energia, água, e matérias-primas, conservação ambiental,
1291parcerias e diálogos com as comunidades, certificações, incentivos ao consumo consciente, marketing verde, ações
1292de Educação Ambiental etc. A Lei 9.975/99 estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, obriga o
1293engajamento dos meios de comunicação de massa, das empresas, entidades de classe, instituições públicas e
1294privadas, e outros na promoção do EA, na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, art. 3º: Todavia,
1295falta uma regulamentação legal que traga a clareza do papel dessas importantes instituições na implementação do
1296PNEA, faltando ainda avaliação das ações e práticas discursivas de Educação Ambiental realizadas por elas. Ciente
1297do seu papel, a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA propõe o presente seminário, dando início a
1298um processo que visa apoiar o fortalecimento, a qualificação e a definição de papéis dessas instituições empresariais
1299produtivas e sindicais na implementação do PNEA”. Bem, então, é outra justificativa paralela a esta, que a questão
1300de entrar no mérito de qual das duas irá ser aprovada ou pode se fundir uma na outra ou separadamente.

1301

1302

1303**A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Bom, então nós lemos a proposta do MEC. E nós vamos ver
1304agora, a justificativa da outra proposta que nós tínhamos. Se esta do MEC já contempla todos os aspectos, nós não
1305precisamos puxar alguma coisa. Ou seja, nós vamos fazer uma avaliação se as justificativas são pertinentes, se é
1306isso que a Câmara Técnica deseja, se é esta que será aprovada, ou se deve fazer uma composição das duas.

1307

1308

1309**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos à leitura da outra justificativa do senhor
1310Tarcísio: “O mundo começa a respirar ares novos de cidadania. Um número cada vez maior de empresas se
1311engajam no aprimoramento de práticas empresariais voltadas para os princípios de justiça social, proteção ambiental
1312e de parcerias com a comunidade que passam a serem vistas como parte integrante desse processo. A questão
1313ambiental passa a se inserir nas organizações empresariais a partir da disseminação e consolidação da série
1314ISO14000, com suas diferentes normas e resoluções. Ser uma empresa ecológica é uma decisão politicamente
1315correta, mas também necessita de uma estratégia empresarial sustentável. Neste início de novo século, colocar em
1316risco a natureza ou provocar danos ao meio ambiente passa a ficar oneroso para as empresas. Na sociedade
1317moderna, ser ambientalmente responsável significa atender às necessidades sociais e éticas. Significa também
1318identificar processos produtivos eficientes, gerenciar resíduos, energia, aumentar as vendas através de vantagens
1319competitivas, reduzir custos, consumo de energia, de água e de matérias-primas, atender aos clientes diretos e
1320indiretos e à comunidade em geral. Gestão ambiental é sinônimo de ação preventiva e de compromisso com a
1321melhoria contínua. Pensar em implementar um sistema de gestão ambiental exige mudança de atitude, de cultura, de
1322prática e de visão. O olhar deve ser abrangente, holístico, gerenciando resíduos de fora para dentro e de dentro para
1323fora. O ciclo de vida de um produto inclui não apenas o seu processo de produção em suas fases diferenciadas.
1324Deve-se, analisar, avaliar os impactos positivos e negativos. Os aspectos e efeitos ambientais, desde a fonte de
1325matéria-prima, o transporte, produção, marketing, a distribuição, venda, embalagem, até o descarte final, volta à
1326natureza”. Bem, esta é a justificativa do senhor Tarcísio. Só para esclarecer, o senhor Tarcísio era representante da
1327ANAMMA Sudeste, nesta Câmara Técnica. Então, aqui ficam colocadas duas justificativas. Que podem ser
1328apreciadas nas suas individualidades ou podem ser também, agregadas uma a outra para formar uma só. Então, se
1329alguém tiver algum comentário a fazer. A Mesa está à disposição.

1330

1331

1332**A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu pensei agora que nós apresentamos as duas
1333justificativas, que ouvimos os comentários de cada um dos membros da Câmara Técnica, se uma contempla ou se a
1334do MEC já contemplou todos os aspectos do doutor Tarcísio, se não, quais são os parágrafos ou as idéias que
1335deveriam ser incorporadas a esta justificativa. E nós, então, batemos o martelo já em cima da justificativa.

1336

1337

1338 **A Srª. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – É só uma questão, talvez ética. Como a proposta desse
1339 seminário já veio, como foi dito, e eu também estava presente nessa reunião em Joinville. Foi apresentado como
1340 uma proposta realmente já com uma estrutura e, inclusive, foi oferecido o apoio e o local para a realização do
1341 seminário, e nessa proposta de hoje, aparece o apoio do Governo do Estado da Bahia, e não está sendo
1342 considerado, vamos dizer assim, o apoio oferecido anteriormente do Espírito Santo, lá de Vitória. Eu queria saber se
1343 houve alguma comunicação com o Tarcísio, nesse meio tempo, se ele está sabendo dessa nova proposta. Se for
1344 haver algum contato com ele, considerando que a proposta partiu dele, inicialmente.

1345

1346

1347 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – É a terceira reunião que nós fazemos e não contamos com a
1348 participação do Doutor Tarcísio. Dessa última, ele ficou de vir, nós dissemos que era importantíssima a vinda dele,
1349 porque nós vamos estabelecer as diretrizes, o aspecto final, as tratativas que serão feitas daqui para frente. Nós
1350 recebemos vários tipos de apoio: Nós recebemos o apoio do Governo de Goiás, falando que estaria oferecendo a
1351 infra-estrutura; recebemos do Tarcísio e recebemos da Bahia. Nós estamos tendo muita dificuldade em conversar e
1352 ter o doutor Tarcísio aqui para confirmar a sua proposta, ou não. Hoje, eu gostaria de sair daqui com uma proposta
1353 bem concreta. De qual o local que nós iríamos trabalhar, se vai ser Minas, se vai ser Belo Horizonte, se vai ser São
1354 Paulo. Nós tivemos a sugestão do próprio Tarcísio, de que fosse feito em Santo André ou em São Paulo, que é o
1355 local onde tem o maior número de empresariado. Disponíveis, inclusive, para fazer e prestar esse apoio. Hoje nós
1356 não contamos com presença da CNC aqui, que também se propôs a fazer uma articulação bastante grande. Ou seja,
1357 nós estamos iniciando a nossa discussão de seminário, não tem nada fechado. Essa proposta de ver apoio à
1358 ANAMMA foi porque a ANAMMA já se pronunciou oficialmente, então, nós colocamos aqui. Mas tudo está
1359 absolutamente aberto, a toda e qualquer contribuição, sugestão, a começar da justificativa. É isso mesmo o que nós
1360 queremos? É com esta visão que nós vamos ter esse seminário? A partir da justificativa, se nós discutirmos, isso é
1361 apenas um mote para nós começarmos a ver o que nós queremos desse seminário. Nós já conversamos com o Nilo,
1362 nós já fizemos reuniões com o Nilo, com o Departamento de Educação do Ministério, com o MEC. E nós vamos
1363 tentar conciliar todas as demandas que eles pedem para a gente. A idéia do Ministério, do Nilo, principalmente, é que
1364 fosse feito, impreterivelmente, até agosto ou estourando setembro, porque nós vamos entrar depois, num ritmo de
1365 eleição aí, e todas as nossas atividades ficam prejudicadas. Então, como nós temos uma conferência de meio
1366 ambiente também, que vai demandar muita atividade nossa talvez, num intervalo logo depois da conferência, nós
1367 possamos fazer esse seminário. Então, nós estamos hoje, aqui, para pegar contribuições efetivas ou sugestões, ou
1368 posicionamentos, criação de um Grupo de Trabalho para nós começarmos a deslançar esse seminário.

1369

1370

1371 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Só para esclarecimento, o Tarcísio
1372 representava a ANAMMA, nessa Câmara Técnica na última reformulação da representação da ANAMMA nas
1373 Câmaras Técnicas, o Tarcísio deixou de ser o Conselheiro titular. Agora, o apoio que ele ofereceu em nome da
1374 ANAMMA está mantido. A ANAMMA vai participar e para que não haja nenhuma injustiça, até com o próprio Tarcísio,
1375 eu me comprometo a entrar em contato com ele para saber se existe, ainda, a disponibilidade dele de realizar na sua
1376 cidade. Caso não haja, Goiânia também, já se coloca à disposição, é aqui do lado de Brasília, uma belíssima cidade,
1377 e quem não conhece vai gostar de conhecer.

1378

1379

1380 **A SRª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – O Governo de Estado Bahia aparece aí, porque na
1381 última reunião que nós discutimos esse seminário nós também colocamos essa disposição. Nós temos um pólo
1382 petroquímico no Estado, a gente vem discutindo fortemente a questão da Educação Ambiental no licenciamento
1383 ambiental. Já com três seminários e mais do que isso, nós estamos dialogando bastante com o Conselho Estadual
1384 de Proteção Ambiental que é o CEPRAM. Que é a questão da Educação Ambiental dentro dessa... Até uma Câmara
1385 Técnica dentro do CEPRAM. Então, esse é um tema já de bastante destaque nesse atual Governo e nós estamos
1386 levando a cabo isso. Então, é mais uma sugestão não tem nada fechado, mas por isso que entrou o apoio, porque foi
1387 o que nós colocamos na última reunião. Só para esclarecer.

1388

1389

1390 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Alguém tem mais tem alguma sugestão, alguma coisa a
1391 acrescentar na questão? Bem, eu tenho uma sugestão para que possa formar um Grupo de Trabalho para
1392 amadurecer essa idéia. Esse Grupo de Trabalho pode ser virtual. Ele não precisa ser presencial para evitar o
1393 transtorno de transporte e locomoção o que dificultaria muito as pessoas que estão muito dispostas a isso, às vezes

1394serem tolhidas pela questão de distância, tempo e custos que isso possa encarregar. Então, eu tenho uma sugestão:
1395que se forme um Grupo de Trabalho e que possa ser virtual e a se corresponderem até se formar um consenso para
1396que se apresentem na próxima reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental.

1397

1398

1399**A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Agora, eu queria só colocar o seguinte. Eu acho que
1400as duas justificativas, todas duas justificativas, são justificativas e acho que todas as duas vão para o mesmo foco.
1401Agora, eu acho que essa justificativa que está aqui na tela, ela traz. Eu acho que ela aprofunda um pouco mais. Ela,
1402num primeiro momento, fala dos grandes impactos de mudanças socioambientais. Depois ela fala da fase da relação
1403do setor produtivo que se trata hoje da responsabilidade socioambiental que é a forma, a linguagem. E depois fala da
1404lei também, da Câmara Técnica de Educação Ambiental da importância. Então, eu acho que ela está bem legal
1405assim. Eu acho que a outra discursiva mais, entendeu? A justificativa. A primeira ela discursiva e tal... Aqui, eu acho que
1406traz as estruturas, que eu acho que é o grande foco, porque o grande objetivo, na verdade, e nós discutimos como é
1407que essa Educação Ambiental está sendo feita a partir dos Licenciamentos. A partir das empresas que começam no
1408processo do licenciamento. Eu acho que é o grande foco. E, como nós vamos disciplinar isso? Só no Estado da
1409Bahia são 1.636 empresas que fazem Educação Ambiental que, estão lá a partir do licenciamento. Então, nós
1410estamos fazendo um levantamento das empresas que fizeram Educação Ambiental a partir do licenciamento e as
1411que estão fazendo e, as que estão para sair. Então, são esses elementos que são importantes, que cada Estado, por
1412exemplo, mapeie como é que está a questão da Educação Ambiental dentro das empresas, a partir do licenciamento.
1413Que eu acho que esse é um indicativo importante para nós visualizarmos o que cada Estado tem para nós podermos
1414estar avançando nesse seminário. Que Educação Ambiental que nós queremos, dentro do processo do
1415licenciamento ambiental?

1416

1417

1418**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Bom, nesse caso nós teríamos que optar por uma das
1419justificativas, uma vez que parece que realmente a apresentada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente tem uma
1420linguagem mais técnica e ela assume a justificativa do Tarcísio. E que está colocada de uma maneira, vamos dizer,
1421mais poética, romântica à questão. E ela está aqui colocada dentro de um parâmetro já mais específico e técnico. Se
1422for o caso de colocar alguma coisa, dentro dessa justificativa governamental, nós poderíamos fazer isso e
1423acrescentar. Senão nos poderíamos colocar em votação, rapidamente, e prosseguir o trabalho para ver se nós
1424conseguimos fazer o Grupo de Trabalho, para liquidar logo essa questão e podermos nos comunicar com todos os
1425Estados como sugestão. E a Secretaria de Educação, aí nós podemos formalizar a quem nós estaríamos
1426consultando nos Estados. Para finalizar isso, para uma próxima reunião da Câmara Técnica. Vamos colocar em
1427votação as justificativas. Quem é a favor da justificativa governamental. Que se manifeste, por favor. Temos duas
1428justificativas da ANAMMA e a do MEC. Então, vamos colocar em votação a um, que é a do Tarcísio que é a primeira,
1429e a dois. Então, quem for favorável a justificativa um, que se manifeste, por favor. Então, aprovado por maioria a
1430justificativa, dois. Vamos falar sobre os objetivos, porque já fica esclarecida toda essa matéria aqui na pauta. Então,
1431o objetivo geral. Promover o diálogo sobre as ações de Educação Ambiental realizadas pelo setor produtivo,
1432empresarial e sindical contribuindo para o fortalecimento e qualificação dessas ações, bem como para uma proposta
1433normativa da regulamentação do art. 3º da lei 9.795 de 99. 3) Objetivos específicos: Prover o diálogo sobre a
1434contribuição do setor empresarial, produtivo e sindical a implementação da PNEA e a sustentabilidade planetária.
1435Realizar o intercâmbio de experiência e debater sobre as práticas de Educação Ambiental realizadas pelos aludidos
1436setores socializando os resultados. Discutir sobre princípios e diretrizes que possam subsidiar as atividades
1437normativas do CONAMA e os órgãos do Governo Federal na formulação de política pública de Educação Ambiental
1438com foco no setor empresarial e produtivo. Avaliar as ações de EA realizadas pelo setor produtivo, empresarial e
1439sindical identificando elemento que contribuam para formulação de indicadores de avaliação para estas práticas.
1440Estudar o setor produtivo empresarial, mecanismo de incentivos e financiamento para as ações de educação
1441ambiental. 4) Público alvo: Conselheiro de Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA; empresas,
1442sindicatos, integrantes do Órgão Gestor do PNEA e outros profissionais do setor produtivo e sindical que
1443desenvolvem ou desejam desenvolver atividades de educação ambiental. Então, vamos ficar aqui no item dois.
1444Então, vamos aos objetivos dois, do Tarcísio. Então, agora vamos fazer a leitura da primeira proposta. Objetivos:
1445Aprofundar as discussões sobre as práticas de Educação Ambiental com os públicos internos e externos das
1446empresas. Articular as empresas para a criação de incentivos a projetos sócio-ambientais, com base nas
1447recomendações da Agenda 21. Proporcionar intercâmbio e o estreitamento dos laços entre profissionais e empresa
1448que trabalham com educação ambiental. Proporcionar a visibilidade das ações de Educação Ambiental praticadas
1449pelas empresas. Fortalecer as marcas de todas as empresas envolvidas com responsabilidade social. Então, tem

1450esses dois objetivos que são paralelos e também podemos fazer a mesma situação que foi observada anteriormente.
1451E colocamos aqui a disposição de comentários e o que for necessário.

1452

1453

1454**A Sr^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Eu queria fazer um esclarecimento de que porque nós estamos
1455propondo objetivos diferentes da proposta inicial. Na proposta inicial tem alguns objetivos que estão voltados a dar
1456visibilidade, a práticas, a divulgar a uma grande socialização só das práticas. Ao passo que nessa proposta que, nós
1457estamos trazendo aqui nós estamos procurando debater. Ter momentos de intercâmbio de experiência, mas sempre
1458com a busca de indicadores, para avaliação dessas práticas, ou diretrizes que possam nos ajudar a regulamentar um
1459artigo que está em aberto na lei, e também outras questões também relacionadas ao mecanismo de incentivo de
1460financiamento da PNEA. Então, são objetivos diversos. O grau de complexidade da segunda proposta é maior. Mas
1461me parece que vai contribuir para os trabalhos da Câmara Técnica mesmo, melhor.

1462

1463

1464**A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu acredito que essa segunda proposta, ela garante
1465que nós discutamos aos olhos da Política Pública na Educação Ambiental. Não fica uma coisa de um setor específico
1466de um segmento. Então, eu acho que nós ampliamos e acaba que os objetivos da primeira proposta, acabam
1467também entrando aqui. Por exemplo, me chamou a atenção: de discutir com público interno e externo, talvez, nós
1468possamos pensar aqui. Qual o objetivo desse seminário? Que ele possa também estar fazendo uma reflexão para
1469que o setor o segmento empresarial possa estar levando essa discussão para os seus próprios funcionários, por
1470exemplo. Não só a partir do que ele oferece de programas de educação ambiental, que ele financia ou que participa
1471ou que ele é parceiro. Mas, também possa ser uma coisa interna do processo, dentro das pessoas que vivem lá nas
1472empresas do setor produtivo. Então, é só essa ponta, que talvez nos não tenhamos deixado claro nesses objetivos
1473específico. Aqui uma coisa interna, de discutir com o público interno. Talvez, realizar intercâmbio de experiência e
1474debater sobre as práticas de EA realizadas pelos aludidos setores internos... É eu não sei. É só colocar, uma
1475bobagenzinha de nada. Socializando com os públicos internos... Ou então, fazendo eu não sei se nós damos um
1476destaque, dentro dos objetivos específicos trazendo essa educação dentro do espaço da empresa mesmo, por
1477exemplo, que eu acho bem interessante. Aprofundar as discussões sobre as práticas do EA com os públicos internos
1478das empresas. É eu acredito que possa até trazer, sim. Ou, implementar algum tipo de ação. Não aprofundar as
1479discussões da prática de educação, mas possibilitar projetos ou ações de Educação Ambiental dentro, internamente
1480nas empresas, por exemplo.

1481

1482

1483**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Objetivos: “Aprofundar as discussões sobre as práticas de
1484Educação Ambiental com os públicos internos e externos das empresas”.

1485

1486

1487**A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Nesse caso seria o interno porque o externo nós
1488temos bem claro. Que nesses outros objetivos que nós vamos trabalhar. Talvez em vez de aprofundar, poderia ser:
1489“Possibilitar as discussões sobre as práticas de EA com os públicos internos e externos das empresas”.

1490

1491

1492**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Público interno, eu acho que não corresponde bem uma
1493realidade empresarial, me parece não é bem a questão público.

1494

1495**A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Tem várias coisas para acontecer. Vocês estão
1496conseguindo visualizar o que eu estou falando? Fica bem assim: “O público interno”?

1497

1498

1499**A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu acho que quando nós lemos aqui o público alvo da
1500primeira proposta. Está dizendo o seguinte: sobre o seminário para nós não confundirmos o objetivo de próprio
1501seminário. Com os objetivos que vai gerar o seminário. Aliás, com o resultado do seminário dentro do espaço das
1502empresas. Que seria o propósito da primeira (do primeiro seminário) que o público alvo está bem especificado aqui:
1503“o evento é destinado para profissionais que trabalham em empresas e desenvolvem o desejo de desenvolver a
1504atividade de educação ambiental. Então, é voltado, bem focado mesmo para as pessoas relacionadas às empresas.
1505E agora, nessa segunda proposta, amplia, porque aí o público alvo já tem uma perspectiva maior, o próprio objetivo
1506do Seminário já é um pouco mais abrangente. Eu acho que essa proposta de possibilitar as discussões sobre as

1507práticas da Educação Ambiental com o público interno das empresas, talvez não coubesse dentro dessa proposta
1508mais ampla, que é essa segunda proposta. Eu acho que não cabe, enquanto, o seminário talvez não vá abrir essa
1509discussão. Então, não é um objetivo do seminário. É um resultado para ser levado às empresas que aí, sim.

1510

1511

1512**A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu concordo com você. Agora, eu não vejo nenhum
1513mal, de nós estarmos colocando, nós poderemos possibilitar as duas coisas, porque as pessoas que vão estar lá das
1514empresas representando vão poder estar também podendo amadurecer sobre essa possibilidade de estar trazendo
1515podendo a Educação Ambiental para os seus espaços. Então, são duas coisas mesmo, são duas coisas. Se vocês
1516acharem que não é o momento, nós não colocamos. Agora eu acho que também não uma coisa que é “bicho-de-
1517sete-cabeças” está aí, entendeu? É mais uma abertura de possibilidades. se nós pudermos trazer as reflexões, de
1518como nós podemos estar... O setor produtivo está oferecendo trabalhos e a partir do licenciamento, porque eu tenho
1519visto muito assim. Que geralmente os programas de Educação Ambiental que saem, saem geralmente a partir dos
1520licenciamentos ambientais. Que eu acho que esse é o foco. E se nós tivermos algum tipo de mesa também que nós
1521possamos estar trazendo esse olhar, de como as empresa possam fazer educação ambiental, no seu próprio espaço
1522de gestão é também outro ganho. É nesse sentido que eu estou colocando, mas é nessa perspectiva que eu falei.

1523

1524

1525**A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Aí, sim, porque, também não teria sentido, nenhum, um
1526seminário desses se não houvesse um resultado prático, dentro das próprias empresas.

1527

1528

1529**A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Por isso que eu coloquei ali visualizando isso. Eu
1530não sei se está claro.

1531

1532

1533**A Sr^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu concordo totalmente com a Tita. Em que nós precisamos trabalhar com o
1534público interno também das empresas. Agora, inclusive eu acho que aí, tem um a mais. É que foi colocado nessa
1535proposta que vai se trabalhar com as áreas sindicais também empresariais. E a própria CGT, eu acho, que tem um
1536trabalho com o CIPAM, que é uma espécie de CIPAT, só que voltado para as questões ambientais, para meio
1537ambiente. E se nós incluirmos como política do próprio CONAMA e tudo, nós mudamos um pouquinho o patamar
1538para ser uma coisa menos comportamental e entrar mesmo como educação ambiental. Eu acho que nós
1539conseguimos ampliar, inclusive, a dimensão dessa ação. Se nós colocarmos numa mesa com centrais sindicais que
1540têm cases de trabalhos com público interno, com relação a meio ambiente. E só um ponto que eu gostaria de
1541esclarecer aí, de dizer como eu penso, na verdade, esse encontro, eu acho que é uma grande oportunidade de se
1542trabalhar com as empresas as questões de educação ambiental. Que de alguma forma muitas empresa fazem. E
1543fazem tanto com o público interno, quanto com as comunidades, e nas comunidades com escolas, inclusive. E se
1544nós pudermos trabalhar sobre esses princípios e diretrizes, que possam fazer com que essas ações sejam menos
1545fragmentadas. Que elas estejam orientadas por princípios em comum. Nós poderíamos, inclusive, ter uma ação mais
1546eficaz. Que é o que as empresas buscam. A questão da eficácia a da eficiência. E só com diálogo, em que nós
1547coloquemos todas as instâncias. E com o poder público à luz da Política Nacional de Educação Ambiental é que nós
1548vamos conseguir, de alguma forma, juntos orquestrar essas ações que, bem ou mal, acontecem nas empresas. Esse
1549seminário do CONAMA ele precisa ter a cara “CONAMA”. Não é um seminário feito por empresas, para empresas e,
1550nem feito por educadores para educadores. Na verdade, precisa ter as dimensões de atuação do próprio CONAMA
1551para que ele se torne uma parte das políticas do CONAMA de uma forma mais integral.

1552

1553

1554**A Sr^a. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL)** – Eu queria dar duas contribuições, eu nem sei se são pertinentes, mas
1555uma delas é quanto aos objetivos. Pelo que eu entendi ninguém tem um modelo próprio para fazer nada. Então, eu
1556acho que um dos objetivos desse seminário deveria ser justamente o de montar um roteiro metodológico básico.
1557Uniformizar os conceitos, fixar as diretrizes para serem aplicadas e depois métodos para a avaliação. E a outra parte
1558é que eu não consigo, desde que eu li o empresarial, tirar o SEBRAE da minha cabeça. Eu não sei se ele poderia
1559entrar nesse meio, porque ele faz formação para pequenas e médias empresas. Fez muito no interior de Goiás. Eu
1560posso falar, trabalharam e, muito bem. E já com noção de educação ambiental, pelo menos, na Chapada dos
1561Veadeiros por imposição das comunidades, mas eu acho que seria interessante tê-lo como parceiro.

1562

1563

1564 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos encaminhar essa proposta também, para dentro
1565 da redação vai entrar em justificativas ou objetivos? Então, entra como objetivos? Edigete, entra como objetivos.
1566 Edigete é nos específicos, viu. Exatamente.

1567

1568

1569 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Só um esclarecimento então para ficar claro para mim aqui, essa questão desse
1570 novo objetivo. Eu gostaria de saber então se dentro do seminário estaria previsto, então. Só para me orientar aqui,
1571 na minha reflexão, alguma mesa, ou algum tipo de palestra que envolvesse o público interno das empresas. E se
1572 eles vão estar. O público interno, ou seja, os empregados das empresas estarão participando do seminário?. Que
1573 empresas são essas? Do Brasil todo? Desse seminário que está previsto discutir as práticas de educação com o
1574 público interno. Está previsto então a participação dos trabalhadores de empresa no seminário dessa forma?

1575

1576

1577 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu gostaria de tentar responder o que é o meu entendimento
1578 disso. Se não for, nós vamos, hoje, sair daqui afinados com o que nós pensamos. Eu, realmente, acho que nós não
1579 vamos possibilitar a discussão das externas. Eu ia propor, até eu conversei com Tita, em vez de pôr realizar o
1580 intercâmbio seria fomentar o intercâmbio, de experiência, debater sobre as práticas de educação, porque quando nós
1581 virarmos as costas, a idéia é o que setor continue, ainda, se articulando e trocando experiências. Então, lá em cima,
1582 em vez, de realizar intercâmbio. Que é o momento, exato, só daquele dia. Que nós possamos fomentar o intercâmbio
1583 e daí para frente as empresa fazerem o intercâmbio entre si. Realizados pelos aludidos setores. Então, os aludidos
1584 setores ele é, aquele de cima, “empresarial, produtivo, sindical” ele está mais abrangente do que essa primeira aqui,
1585 vermelha, que o “público interno das empresas”. Então, se eu jogar lá para cima o “público interno e externo”, ficaria
1586 assim: “Fomentar o intercâmbio de experiências entre os públicos externos e internos dos aludidos setores e debater
1587 sobre as práticas de educação ambiental, socializando os resultados”. Com isso, nós levantamos a possibilidade dos
1588 setores interno e externo e incluímos ao mesmo tempo todos os setores que a Rachel colocou.

1589

1590

1591 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Primeiro, só registrar a chegada do presidente
1592 da ANAMMA, Clarimino Luiz Pereira Júnior que vai poder, inclusive, contribuir muito no próximo debate a cerca de
1593 utilização de compensação ambiental para prática de educação ambiental. Agora, nós temos que tomar mais
1594 cuidado. É natural que haja aqui o debate, mas nós temos que objetivar o debate. Uma das primeiras coisas que eu
1595 notei é que a pauta, que a pauta você repete. A pauta aqui, hoje, ela é similar, não similar, é exatamente a mesma
1596 que foi na reunião passada. E sob pena de isso continue acontecendo, talvez seja melhor nós objetivarmos o debate.
1597 Nesse caso dessas duas proposições: realizar intercâmbio e possibilitar discussões. Ela se trata da mesma coisa,
1598 que é socializar o que tem sido feito. Ali no caso, existe uma dificuldade de interpretação, uma ambigüidade, porque
1599 pode se achar que com o público interno das empresas, que o público interno seja inserido nas discussões. Mas, na
1600 verdade, o que eu creio que seria a interpretação do Tarcísio, representante da ANAMMA, é discutir sobre as
1601 práticas que tem sido feita com o público interno das empresas. Ou seja, as empresas fazem as praticas de
1602 Educação Ambiental nas empresas e vão ressocializar. Então, esses dois artigos são exatamente a mesma coisa e
1603 não vejo necessidade, nem de acrescenta um e, muito menos, de aglutinar os dois. Eu honestamente não vejo essa
1604 função de votação, porque, eu acho que nós podemos aprovar consenso. E objetivar a discussão e continuar.

1605

1606

1607 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vamos aprová-la excluindo ou incluindo?

1608

1609

1610 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu retiro a que eu coloquei de possibilitar. Eu fecho
1611 aqui com essa da Cleide tranquilamente. Esse “fazer o roteiro metodológico” é objetivo? Isso não é para estar aí.

1612

1613

1614 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Eu entendi bem a proposta da OCA e é
1615 interessante, porque eles propõem fazer também, no setor privado o que o existe hoje na A3P porque A3P, ela tem
1616 os preceitos básicos para a implantação, para a interiorização da prática ambiental no setor público. Então, é definir,
1617 eu acho que talvez ali não fosse... Definir uma espécie de roteiro, para que as empresas possam definir uma agenda
1618 ambiental, dentro delas, porque muitas empresas têm a vontade. Uma coisa é o Itaú o Banco Real que tem
1619 Fundações e técnicos, e contratam, e fazem acontecer. Outra coisa são as pequenas empresas que têm muita
1620 vontade de ter uma participação ambientalmente mais ativa, contudo não sabem por onde começar. Então, creio que

1621a formulação de um roteiro para pequenas empresas, uma ajuda vai ser extrema valia para todos aqueles que
1622querem fazer política de Educação Ambiental e não conseguem.

1623

1624

1625**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Aí dentro da sugestão que foi dada pela OCA. Então, aí é que
1626se incluíse o SEBRAE, porque ele vai atender a pequena empresa de uma maneira mais eficiente, do que cada
1627empresa pequena, ou até de meio porte, estabelecessem seus padrões internos, que é bem difícil.

1628

1629

1630**O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Mas a inclusão do SEBRAE tem que se dar
1631não na questão dos objetivos.

1632

1633

1634**O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Nós podemos melhorar a redação. Agora, o
1635espírito da coisa a essência está ótima.

1636

1637

1638**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Porque, na verdade, o que nós vemos trabalhando
1639são os termos de referência, por exemplo, a partir da política. Então, isso aí é fazer o roteiro metodológico básico,
1640uniformizar conceito. Eu acho que nós temos que garantir é que o setor produtivo faça política pública na educação
1641ambiental. É isso é aí. A partir dos seus termos de referência, que vocês estão chamando aí, de roteiro
1642metodológico. Eu acho que nós poderíamos está utilizando a terminologia “termo de referência” porque é uma coisa
1643mais técnica, apolítica. A idéia está ótima. Então, eu acho que nós poderíamos melhorar. Eu acho que a idéia ótima,
1644mas precisamos melhorar, aí... A partir, em vez de uniformizar conceito, a partir da Política Nacional. Esse é um
1645produto.

1646

1647

1648**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Rachel, seria legal você falar aí no microfone para a gente
1649poder gravar.

1650

1651

1652**A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Isso pode ser um belo produto da Câmara Técnica, inclusive, conseguir propor.
1653E faz parte dos objetivos da própria Câmara Técnica e eu colocaria aí, indicadores também, que é um dos objetivos
1654da Câmara Técnica. Nós podemos trabalhar o objetivo aí, seria colher subsídios para, em termos de referência, com
1655diretrizes, diagnósticos, programas, avaliação, indicadores de avaliação. Mas eu acho que nós poderíamos fazer
1656aquilo, que o companheiro da ANAMMA propôs. De nós vermos o todo. E, eu acho que esse tipo de provocação é
1657fantástico. E aí nós fechamos quais são os objetivos desse evento, porque aí, já começa a pensar. Então, se tem
1658esse objetivo nós precisamos trazer o SEBRAE. Esta vendo, já pensa nas Mesas, mas se nós conseguirmos fechar e
1659amarrar esses objetivos, não tão amplos, mas também não tão estreitos. Nós conseguimos à distância até, fechar as
1660Mesas, fechar o seminário, em si. Eu não sei. O que você acha Paulo?

1661

1662

1663**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Eu acho que sim. É importante também lembrar, que nós
1664estamos pretendendo criar um Grupo de Trabalho. Então, eu acho que as pequenas decisões que... Vamos deixar
1665aqui no macro e deixar para o Grupo de Trabalho fazer as definições mais miúdas, não?

1666

1667

1668**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Rachel, então, a idéia seria como objetivo específico
1669colher subsídios para a construção de termos de referência. Esse seria um dos objetivos. E esse fazer um roteiro
1670metodológico ou formular um roteiro metodológico a partir da política, seria já um produto do seminário. Um resultado
1671esperado. Então destaca aí, e já separa para nós.

1672

1673**A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Colher subsídio para fixar diretrizes, é isso ou não?

1674

1675

1676**A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não é fixar, é para orientar diretrizes...

1677

1678

1679 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – “Para orientar diretrizes nos programas de educação ambiental”.

1681

1682

1683 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Desta maneira sintetizamos em uma proposta só? Aprovada
1684 essa dinâmica?

1685

1686

1687 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – E essa de cima entra como resultado esperado.
1688 Fazer um roteiro. Aí bota: “Resultados esperados”.

1689

1690

1691 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, dessa maneira fica a proposta de seminário a sua
1692 justificativa concluída e aprovada por esta Mesa, justificativa e objetivos. Podemos considerar aprovadas por todos?
1693 Então, aprovada. Referente ao Público Alvo, aqui diz: “Conselheiros da Câmara Técnica de Educação Ambiental do
1694 CONAMA, empresa e sindicatos integrantes do Órgão Gestor do PNEA e outros profissionais do setor produtivo e
1695 sindical que desenvolvam ou desejam desenvolver atividades de educação ambiental”. Eu vou passar a palavra ao
1696 Clarismino. Como observação do Clarismino, substituir para “setor empresarial” em vez de “setor produtivo”. Coloca
1697 “setor empresarial” em todas. Seria o caso de retirar as reticências. Se nós estamos aprovando assim, seria o caso
1698 de retirar as reticências

1699

1700

1701 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Gente, convida. É aberto. Eu acho que a gente
1702 convida o público. É um seminário focado no segmento empresarial, mas é aberto. Eu acho que é uma coisa que tem
1703 que... Isso é o de menos. O que nós poderíamos estar sugerindo agora são as Mesas Redondas, quais as sugestões
1704 de temas.

1705

1706

1707 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Essas Mesas Redondas vão estar dentro do Grupo de
1708 Trabalho?

1709

1710

1711 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Não. Vai ter Mesa Redonda, Grupo de Trabalho,
1712 relato de experiência. Então a sugestão agora é: Que nos pudéssemos estar falando quais são os temas das Mesas
1713 Redondas. O que nós achamos que possa entrar.

1714

1715

1716 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Metodologia precede Mesa Redonda. Ah! Metodologia é o
1717 título.

1718

1719

1720 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Metodologia é título. Mesas Redondas, GTs e palestras...

1721

1722

1723 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Talvez se queira dar o sentido de que o setor produtivo seja o
1724 individual.

1725

1726

1727 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Não. É porque todos são produtivos, sejam
1728 empresários ou não.

1729

1730

1731 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Esses temas não poderiam ser uma tarefa para a próxima?
1732 Vamos marcar um Grupo de Trabalho, avançar um pouco com o local, para nós vermos os próximos passos e já
1733 trazer os temas para a próxima reunião?

1734

1735

1736 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu acho que só uma chuva de idéias. Eu acho que
1737 seria interessante que todo mundo pudesse jogar, assim, o que pensa e acredita o que é esse seminário. Daí, até
1738 para amadurecer. Rapidinho. Eu já vou sugerir uma aqui. Eu acho que nós poderíamos ter o “Estado da Arte na
1739 Educação Ambiental” dentro do setor empresarial. Já. Eu acho que a primeira Mesa. Seria um olhar geral no País,
1740 assim, o que é que está acontecendo de Educação Ambiental nesse setor. Não necessariamente um relato de
1741 experiência. O que tem e o que já acontece. Talvez nós pudéssemos até já trabalhar na perspectiva de que nós
1742 pudéssemos estar colhendo isso antes desse seminário. Por exemplo, se nós pudéssemos fazer uma orientação
1743 para os Estados já de estar jogando para levar uma coisa bem objetiva, o que tem de cumplicidade entre Estados, o
1744 que está acontecendo, o que pode ser potencializado, analisar à luz da política, se isso está acontecendo como
1745 política pública ou como uma coisa pontal, entendeu? Então, eu acho que seria uma Mesa de analisar mesmo à luz
1746 da política como é que está essa Educação Ambiental no setor empresarial: se ela já está acontecendo, o que
1747 acontece. Eu acho que uma Mesa com esse tom.

1748

1749

1750 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – E qual seria a sua sugestão para coletar essas informações?

1751 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Não sei. Aí nós pensamos. Têm várias

1752

1753

1754 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu acho que poderia ser o tom da Mesa Redonda. E acho
1755 que nós não precisamos de mais nenhum tema. Com esse tom, os Estados apresentando cada um a sua, nós já
1756 temos aí a Mesa Redonda formada.

1757

1758

1759 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Eu creio que pode também ser tocado no assunto, pelo menos,
1760 nas Mesas Redondas as experiências de parcerias do setor empresarial e com o setor público em educação
1761 ambiental.

1762

1763

1764 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – “Experiências de parcerias em Educação Ambiental
1765 com o setor empresarial”.

1766

1767

1768 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – O assunto é sobre a sugestão da Mesa Redonda proposta
1769 sobre a parceria dos setores públicos e privados, como faz a redação.

1770

1771

1772 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Gente, lá em Goiânia, nós já fazemos muito isso, e nós chamamos
1773 de PPP Ambiental. Lá tem até uma Lei própria que rege isso. Então, pode colocar: “Experiências de parcerias do
1774 setor empresarial com o setor público e a sociedade civil”.

1775

1776

1777 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Mas o foco é Educação Ambiental?

1778

1779

1780 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Também.

1781

1782

1783 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Aqui no nosso caso o foco é EA. Outra sugestão
1784 também é EA no licenciamento, como é que estão essas questões da Educação Ambiental a partir do licenciamento.

1785

1786

1787 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – É só substitui o “com” por “entre”. Parceria se estabelece entre.

1788

1789

1790 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – “EA entre o setor empresarial e a sociedade civil”.

1791

1792

1793 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – O próximo: “EA no licenciamento ambiental”. Essa é
1794 uma discussão importante.

1795

1796

1797 **A Sr^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Talvez uma de avaliação de indicadores de resultado?

1798

1799

1800 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Sim, com certeza.

1801

1802

1803 **A Sr^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Edigete, “avaliação de indicadores de resultado”. É avaliação
1804 ou sugestão?

1805

1806

1807 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Tem algumas coisas pontuais, mas tem.

1808

1809

1810 **A Sr^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – “Avaliação de indicadores de resultado”.

1811

1812

1813 **A Sr^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não. “Processos de avaliação e indicadores de resultado. Aí tem que ter aquele
1814 tipo de (...) com os públicos internos e externos, na escola, por exemplo; com o sistema formal a empresas e a
1815 Educação Ambiental com o público interno, com as comunidades e com as escolas. Aí seriam eu não sei que casos
1816 ou trabalhos ou experiências.

1817

1818

1819 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Eu creio que isso já está contemplando no
1820 tema de Experiências e Parcerias entre setor empresarial, sociedade civil e o setor público.

1821

1822

1823 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Mas, eu acho que nós podemos colocar aí para na
1824 hora que descer, descer com estudos de casa. Eu acho que é importante. As empresas, educação ambiental, público
1825 interno e a escola. E depois, na hora de nós trabalharmos, nós vamos ver o vai para o Grupo de Trabalho, o que vai
1826 para Mesa Redonda, o que vai para palestra. Nós estamos fazendo uma chuva de idéias.

1827

1828

1829 **A Sr^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – (...) a parceria com os PPPs podem estar, mas podem não estar também que
1830 aquele, por exemplo, que todos estão discutindo aqui que era do público interno, das centrais sindicais, do CIPAM,
1831 essas ações todas seria interessante ter uma Mesa para isso. “Experiências de atuação com os públicos internos das
1832 empresas...” São “colaboradores” que eles chamam. “Colaboradores, comunidades e escolas e no ensino formal”.

1833 Não, ou “escolas” ou “ensino formal”.

1834

1835

1836 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – São três focos: empresa na escola, empresa na
1837 comunidade e empresa com seus colaboradores.

1838

1839

1840 **A Sr^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Isso. Então: “Experiências de empresas com Educação Ambiental na atuação
1841 com colaboradores”. É assim: “Colaboradores, comunidades e no ensino formal”. Tira “escolas”. Obrigada, Edigete.

1842

1843

1844 **A Sr^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Pessoal, nós vamos ficar à disposição para receber
1845 contribuições. Toda contribuição recebida será disponibilizada, desde que chegue com cinco dias de antecedência
1846 da próxima reunião. Então, nós vamos disponibilizar essas contribuições. Enquanto isso nós poderemos estar
1847 trabalhando já, com aquele grupo, se for decidido que nós vamos fazer um Grupo de Trabalho para fazer andar esse

1848seminário. Nós iríamos começar então já trabalhando com essas sugestões: entrar em contato com os Estados, com
1849palestrantes, com os nossos patrocinadores, etc., que seria tarefa desse Grupo de Trabalho.

1850

1851

1852**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, esse Grupo de Trabalho foi proposto inicialmente para
1853sediado em Goiânia, também a Bahia também falou no mesmo termo. E também acatando uma sugestão de se fazer
1854via virtual. Então seria uma possibilidade também razoável para que todo mundo pudesse se incorporar a esse
1855trabalho, que sem custos etc. Podemos colocar em votação qual seria a melhor forma de constituir esse Grupo de
1856Trabalho. Ou, melhor, ainda, quem gostaria de participar desse Grupo de Trabalho, e depois nós veríamos qual seria
1857a forma mais viável.

1858

1859

1860**A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – O CONAMA vai fazer parte desse Grupo de Trabalho. E eu
1861gostaria de ouvir os outros que estão disponíveis para trabalhar: entrar em contato com os Estados, escolher o local,
1862entrar em contato com o empresariado.

1863

1864

1865**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – A OCA Brasil está se colocando à disposição também, para
1866participar desse Grupo de Trabalho.

1867**O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – A ANAMMA vai dar o apoio necessário.

1868

1869

1870**A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – O MEC se dispõe a fazer parte desse Grupo de Trabalho. E eu queria dar uma
1871informação, que no Ministério do Meio Ambiente tem um setor que está trabalhando com a questão das
1872responsabilidades empresariais, sócio-empresariais e socioambientais e é o Pedro Ivo Batista que, quem coordena
1873essa área no Ministério do Meio Ambiente. E eu, inclusive me comuniquei com ele para ele participar dessa reunião,
1874mas foi impossível. Mas eu acho que ele deveria ser chamado para participar.

1875

1876

1877**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Temos quantos participantes já? Três, quatro com essa
1878sugestão da Rachel.

1879

1880

1881**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu reafirmo o compromisso de a Bahia estar nesse
1882Grupo de Trabalho.

1883

1884

1885**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Já temos cinco participantes já. Então, esses cinco
1886participantes fecham então esse Grupo de Trabalho que agora podemos analisar de que maneira seriam esses
1887encontros, seriam locais, num local determinado ou seria virtual? Então, os pares combinarão a metodologia do
1888encontro.

1889

1890

1891**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Sugestão de datas agora, pelo menos períodos,
1892possibilidades.

1893

1894

1895**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Nós já temos agendada a reunião da Câmara Técnica? Não.
1896Qual seria a previsão? Nós estamos tendo duas reuniões de Câmara Técnica por ano. Foi o ano de 2007. É muito
1897pouco é pouquíssimo. Poderia ser bimensal, para não dizer mensal. Rachel, você acha muito difícil fazer bimensal?
1898Sua experiência é grande.

1899

1900

1901**O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Eu quero aproveitar, eu acho o momento oportuno até para nós
1902fazermos um Informe: a ANAMMA estará ajudando a promover, no final de março, nos dias 27, 28 e 29 um seminário
1903sobre Gestão Sustentável nos Municípios. A gestão sustentável inclui também, a questão da Educação Ambiental,
1904portanto, eu, em nome da ANAMMA, peço que a data seja outra, diversa dessa, de preferência um pouco após.

1905
1906
1907 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Dias 7 e 8 de abril ou 8 e 9? A próxima reunião, dia 8 de
1908 abril.
1909
1910
1911 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Nós temos que sugerir agora é a data do seminário.
1912 Segundo semestre, em setembro ou agosto?
1913
1914
1915 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Vamos decidir já essa data?
1916
1917
1918 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Pelo menos o período; a data não, necessariamente.
1919
1920
1921 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Agosto, porque nós entramos em época de eleição e não se
1922 pode fazer cartaz, não pode fazer convite, não pode pôr nome...
1923
1924
1925 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos pegar agosto. A primeira semana de agosto?
1926
1927
1928 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu vou pedir que o setor empresarial também participe desse
1929 Grupo de Trabalho. E nós, vamos, a partir daí ter noção da disponibilidade que todos terão para trabalhar nisso.
1930 Então, com uma data provável de início de agosto, nós vamos fixar e dar notícias para vocês o tempo todo.
1931
1932
1933 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Já estamos encerrando esse assunto? Podemos partir para a
1934 próxima? Então, estando todos de acordo com esse tema, encerramos essas discussões e nós vamos passar para a
1935 terceira discussão, que é: A Estratégia de Urgência para a Aplicação de Compensação Ambiental em Educação
1936 Ambiental, conforme Lei 9.975, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de
1937 Conservação da Natureza – SNUC.
1938
1939
1940 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Só uma questão de esclarecimento: eu não sei se aqui tem outros
1941 Conselheiros que, assim, como eu estou na primeira reunião. Se alguém pudesse fazer essa memória do que tem
1942 sido esse processo, só para nivelar os Conselheiros, saber em que pé que está para, a partir disso, nós podemos
1943 compreender a discussão, eu agradeceria.
1944
1945 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Tem alguém que poderia esclarecer essa questão?
1946
1947
1948 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu dou o início e você termina? A proposta partiu do MEC
1949 para que nós fizéssemos com que a Educação Ambiental entrasse nessas Unidades de Conservação; que a
1950 aplicação da compensação ambiental fosse feita de uma forma mais clara e mais transparente, e que se privilegiasse
1951 a Educação Ambiental. Nós chamamos para falar sobre isso, depois de inúmeras tratativas, em reuniões com o
1952 pessoal do IBAMA, principalmente, com o técnico do IBAMA, Hélio. E ele deixou claro as dificuldades que se teria
1953 para pegar esse recurso, que está previsto em lei, e que é já carimbado. Que fosse feito um repasse, que fosse
1954 passado alguma coisa para a Educação Ambiental, especificamente, mas, de uma forma indireta. Poderia ser feita
1955 essa aplicação, através dos Planos Diretores das Unidades de Conservação, que, inclusive já prevê Educação
1956 Ambiental. O que poderia se trabalhar, o que sobra para nós trabalharmos seria a Educação Ambiental nos Planos
1957 Diretores da Unidade de Conservação, Plano de Manejo. Rachel você quer falar mais um pouco? E nós terminamos
1958 depois que foi feita a apresentação, não foi dado encaminhamento e, ficou por isso mesmo, ou seja, nós vamos dar o
1959 encaminhamento, uma recomendação e não tem mais o que discutir aqui dentro, entendeu? Nós vamos fazer o
1960 encaminhamento.
1961

1962

1963 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Eu vou passar a palavra em nome da ANAMMA para o presidente
1964o Clarismino. Antes, eu só queria apelar à Câmara Técnica para que não perca, em nenhum momento, de vista o
1965poder deliberativo e consultivo do CONAMA. Uma coisa: a lei existe? A lei existe, mas as leis existem e são
1966mudadas, a maior prova disso, assim que passar a palavra para o Clarismino, ele vai poder dar uma explicação
1967melhor, mas já houve no passado uma resolução a 02/96 que é, inclusive de autoria dele. Que já estipulava um
1968percentual de 15% para Fortalecimento Institucional e Práticas de Educação Ambiental. Portanto, o CONAMA ele
1969tem poder consecutivo, nós temos poder de indicar diretrizes ao Conselho de Governo. Então leis existem e podem
1970ser mudadas, então, aproveitando que o Clarismino é membro, você está na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos
1971e eu acho, que a fala dele, já pode além, da dar um histórico desse processo, também fazer um link já com a Câmara
1972Técnica de Assuntos Jurídicos, no momento posterior.

1973

1974

1975 **O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR (ANAMMA)** – Bom, eu entendo que a compensação ambiental, ela
1976começou no Brasil através de uma resolução de autoria do Doutor Paulo Nogueira Neto, salvo engano é a 10/87. A
1977resolução 10/87, ela definia que os empreendimentos de relevante impacto ambiental que atingisse biomas,
1978florestas, enfim, eles deveriam colocar nunca menos de meio por cento do total do investimento, o total dos seus
1979investimentos destinados a, especialmente naquela época, reservas biológicas, enfim. Não atendia parques
1980nacionais. Essa é uma questão até basicamente corporativa do *standard* organizacional do Governo Federal até
1981então, porque a SEMA – era a SEMA – ela administrava as reservas biológicas, as áreas de interesse ambiental e os
1982parques eram administrados pelo IBDF que não era órgão de SEMA, era órgão do Ministério da Agricultura. Vendo
1983essa questão, nós entendemos que propor algumas alterações que foram concluídas através da Resolução 02/96,
1984que definiu, inclusive, que a compensação ambiental deveria ser paga na mesma bacia do empreendimento, na
1985mesma bacia hidrográfica, porque já havia tido uma experiência anterior de uma refinaria no Rio de Janeiro e a
1986compensação foi paga em Fernando de Noronha. Também está na mesma bacia, estava no oceano Atlântico. Então,
1987realmente era muito interessante isso, a forma que colocavam. E foram inclusas também novas Unidades da
1988Conservação, com exceção das APAs, que não era de domínio público e das próprias RPPNs. E inovava como o
1989Tiago falou, a Resolução 02/96 definia que 15% do total do investimento, poderiam ser aplicados em fortalecimento
1990institucional. O que nós pensamos, à época, com isso? Que não adianta eu ter lá o Parque Nacional da Chapada dos
1991Veadeiros bonitinho, implantado e tal, se o órgão que administra a Unidade de Conservação Estadual, Federal,
1992Municipal, não tenha instrumentos de fiscalização, de monitoramento. Quer dizer, nós não estaríamos colocando o
1993colar de diamantes no pescoço do mendigo. Então, nós entendemos e lutamos para que a compensação ambiental
1994fosse recepcionada pela lei 9985, e assim foi. Mas só o que setor empresarial entendia, e parece que ainda entende
1995que a questão do fortalecimento institucional era um desvio de função, de destinação dos recursos porque estaria,
1996esse fortalecimento institucional, nas dotações orçamentárias de cada órgão e que isso poderia ser até entendido, o
1997que eu discordo totalmente, que seria um a bi tributação. E a Resolução que regulamentou essa questão do Decreto,
1998do próprio CONAMA, não poderia como norma infralegal e ser *contra legis*. O que eu acho que eu entendo que é
1999uma oportunidade ímpar, não específico para a Educação Ambiental, mas é que o CONAMA poderia provocar o
2000Congresso Nacional através de uma solicitação, de uma recomendação, aliás, a Ministra e, a Ministra o fazendo ao
2001Congresso Nacional, à Casa Civil, por consequente ao Congresso Nacional, uma alteração dotando que parte da
2002compensação ambiental seja destinada ao fortalecimento institucional das, ou dos órgãos ambientais que as
2003administram ou que recebem esses recursos. Flexibilizando essa questão, que, às vezes, não tem a Unidades de
2004Conservação, raríssimo os casos, mas às vezes ela já está completa e não adianta nada, por exemplo, se o órgão
2005ambiental não tiver a mínima condição, se ela protege mananciais, de fazer o monitoramento da qualidade físico-
2006química das águas desses mananciais, enfim, se tem uma fonte poluidora na zona de amortecimento. A própria
2007Educação Ambiental da população que está circundando o parque. Por exemplo, queimadas, que é muito comum
2008nas regiões aqui do Cerrado, de Mata Atlântica e na própria Amazônia, enfim. Nós não podemos ter a Unidade de
2009Conservação per si. Ela não pode ser separada dentro de um contexto maior da administração ambiental. Agora,
2010fugindo um pouco e continuando no mesmo tema, não se pode mais administrar compensação ambiental nesse País
2011se, se insere uma série de mecanismos, desculpe a redundância, uma série de mecanismos para que essa
2012compensação ambiental, que é recurso carimbado. Recurso carimbado nós sabemos que é, mas ele tem que fazer
2013uma série de chicanas para não chegar ao caixa único do Governo. É impossível que os recursos de multas, de
2014outras questões ambientais ainda no Brasil, sejam destinadas ao caixa único para fazer superávit primário. E assim é
2015com os recursos da compensação ambiental. Nós sabemos que eles entram, mas nós dificilmente, eu até gostaria de
2016ver onde eles estão sendo aplicados. Eu, por exemplo, no município que eu dirijo o órgão ambiental, eu provo onde
2017eles estão sendo aplicados. Mas essa grande caixa preta tem lá um bilhão, 600 milhões, o que está sendo feito nós
2018não sabemos e, principalmente, as outras unidades federativas, os outros entes federados, que são os Estados e

2019Municípios que são impactados e não têm essa discussão. Então, eu acho até interessante que isso veio à baila aqui
2020na Câmara de Educação Ambiental, que ela pode ser repassada para as outras, até para o próprio Plenário do
2021CONAMA, para nós discutirmos isso com maior profundidade.

2022

2023

2024**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Tem alguma proposta de recomendação que nós possamos
2025fazer encaminhamento?

2026

2027

2028**O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR (ANAMMA)** – Acho que a questão da Câmara de Educação Ambiental
2029ao Plenário do CONAMA no sentido de propiciar a discussão de uma recomendação do CONAMA. Ou uma sugestão
2030do CONAMA, através de uma moção à Ministra e tal, que parte desses recursos, o percentual desses recursos,
2031naquela época nós convencionamos em 15%, seja destinado ao fortalecimento institucional onde estariam inserido
2032as ações de Educação Ambiental.

2033

2034

2035**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu gostaria de, vamos dizer assim, de clarear mais,
2036que relação que nós teríamos porque, por exemplo, encaminhar, na verdade, na Plenária do CONAMA uma
2037possibilidade desse fortalecimento institucional, mas aí não garante, entendeu? Não é verdade.

2038

2039

2040**O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR (ANAMMA)** – Normalmente garante porque é competência do
2041Congresso Nacional.

2042

2043

2044**A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu estou dizendo do ponto de vista de que X por
2045cento está indo para Fortalecimento Institucional, que é isso, nesse aspecto.

2046

2047

2048**O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR (ANAMMA)** – É flexibilizar a Lei do Sistema Nacional de Unidades de
2049Conservação. Nós não podemos votar uma Resolução do CONAMA, uma norma hierarquicamente inferior contra a
2050*legis*.

2051

2052

2053**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Eu queria retomar. Eu li a ata da 11ª reunião e a transcrição da
2054proposta do Dr. Hélio dos Santos Pereira – da Câmara de Compensação Ambiental do IBAMA. O que ele colocou é
2055que, do âmbito do CONAMA, também repetiu o mesmo que o senhor disse que seria muito complicado, nós termos a
2056pretensão de querer mudar a lei. A não ser por esse movimento político. Até porque a decisão de, o quanto vai ser
2057determinado, para cada unidade de conservação é discricionária. Então, é mesmo... Não dá nem para lei dizer. A Lei
2058que ela diz é a prioridade. Elenca uma ordem de prioridade, mas nós não podemos dizer o quanto, na prática vai
2059ser destinado para cada ação. Só que o que ele colocou, claramente. O Hélio colocou o seguinte: que o nosso papel
2060aqui poderia ser o de balizar o planejamento e a aplicação desses recursos, dando uma orientação sobre o papel, os
2061instrumentos metodológicos e as necessidades da Educação Ambiental e Unidades de Conservação, porque isso,
2062nem as pessoas que trabalham na Câmara de Compensação Ambiental que decidem o quanto de repasse vão ser
2063feito, de recurso, para cada unidade e, nem o gestor dessas unidades, normalmente, têm. Então, o que ele diz é que
2064nós podemos aqui, por meio de uma Resolução ou de uma recomendação, estabelecer critérios que direcionem a
2065aplicação dos recursos em Educação Ambiental, ou seja, seja falando do papel da Educação Ambiental, suas
2066ferramentas, sua implementação e unidades de conservação. E por conta dessa recomendação, do Dr. Hélio que eu
2067achei super pertinente nós trouxemos o pessoal do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, do Chico Mendes,
2068desculpem do Instituto Chico Mendes agora, que estão trabalhando com o ENCEA que é uma Estratégia Nacional de
2069Comunicação. Foi entregue para vocês um folheto. E a idéia é que esse grupo nos auxilie a pensar que tipo
2070recomendação, que tipo de balizamento nós podemos dar a aplicação do recurso e a própria Educação Ambiental
2071que é feita nessas unidades. Para que haja uma internalização desses benefícios de fato. Eu queria ver se tem uma
2072oportunidade do pessoal se apresentar e nós propormos um encaminhamento a partir disso.

2073

2074

2075 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Sim. Eu só tenho uma dúvida aqui a colocar: então, nós
2076 estávamos debatendo a estratégia de urgência para aplicação da compensação. Agora nós estamos falando em
2077 mudança de lei.

2078

2079

2080 **A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Não. Nós estamos falando em como é que o CONAMA, a Câmara
2081 Técnica de Educação Ambiental, pode possibilitar por meio de uma Resolução, de uma Recomendação do que seja,
2082 pode balizar a aplicação dos recursos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação. Então, como é que os
2083 gestores podem ser orientados, como é que a Câmara de Compensação Ambiental dos Estados pode ser orientada
2084 a partir disso, CONAMA, não estamos falando de Lei, pelo menos, assim, não a partir... Eu estou trazendo a
2085 recomendação do Hélio, que é diversa da que veio da ANAMMA, que também pode ser complementar usando o
2086 âmbito político do CONAMA. Então, você quer passar a palavra para os representantes do Instituto Chico Mendes?
2087 Então, por favor, poderiam se apresentar.

2088

2089

2090 **A Srª. FLÁVIA M. ROSSI DE MORAIS (ICMBIO/EA)** – Eu sou do Instituto Chico Mendes, mas nós ainda estamos
2091 elaborando.

2092

2093

2094 **A Srª. ANA LUIZA (DEA/MMA)** – Boa-tarde. Meu nome é Ana Luiza. Eu sou do Departamento de Educação
2095 Ambiental do Ministério. E, na verdade, a proposta que nós viemos trazer é mais ou menos o que a Viviane já falou,
2096 de nós estarmos trazendo, porque nós temos um grupo formado de representantes, tanto do MEC, quanto do
2097 Instituto Chico Mendes, do IBAMA, do Departamento de Educação Ambiental, do Departamento de Áreas
2098 Protegidas, e nós temos um grupo que já está discutindo como elaborar uma estratégia de comunicação em
2099 Educação Ambiental para Unidades de Conservação. Então, assim a proposta seria... Eu estou trazendo, em nome
2100 do grupo, como esse grupo pode estar pensando nesse balizamento que a Vivi trouxe, que é necessário. Como que
2101 as ações de Educação Ambiental vão estar sendo pensadas dentro dessa proposta de aplicação da compensação
2102 ambiental. Só que eu tinha entendido que eram duas propostas diferentes. Uma que foi trazida pelo nosso colega
2103 aqui, e eu acho que a gente teria que esclarecer isso um pouco. Eu entendi que uma proposta de alteração da lei, de
2104 um diálogo para alterar lei e acho que, de repente, talvez isso também fosse necessário, porque na lei do SNUC a
2105 educação ambiental, ela não entra como prioritária. Então, assim, e aí... Não para todas as unidades de
2106 conservação. Então, são duas propostas, eu acho. Não são excludentes, mas eu acho que tem que ficar claro para
2107 nós podermos decidir. São duas propostas diferentes, mas elas têm que dialogar. Eu não sei se assim... A Tita esta
2108 perguntando se eu vou explicar um pouco a estratégia. A estratégia está em processo de elaboração. Então, a idéia
2109 é que ela seja construída participativamente, vão ter oficinas nos Biomas, vai ter consulta pública. Para traçar o quê?
2110 Diretrizes, objetivos, estratégias de como devem ser as ações de Educação Ambiental em Unidades de
2111 Conservação, desde o processo de criação até o processo de implementação e gestão das Unidades de
2112 Conservação.

2113

2114

2115 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – Eu ia tocar exatamente nisso. Que as
2116 propostas não são excludentes e nós temos que tomar cuidado, porque se eu não me engano, nas questões das
2117 prioridades, se eu não me engano, no Decreto que regulamenta a 9.985 a Educação Ambiental só está descrita
2118 como atividade apta a receber investimento, quando a compensação for destinada a propriedades privadas. Ou seja,
2119 para propriedades públicas, para Educação Ambiental não está nem como prioridade nem como nada. Simplesmente
2120 não está. Então, portanto, na lei e no Decreto que regulamentam em propriedade pública, em área pública, em
2121 parques, simplesmente, não tem Educação Ambiental. Não é como propriedade, não. Não tem. Só é citada
2122 Educação Ambiental no decreto que regulamenta para propriedades privadas. No caso ali, RPPN e outras coisas.
2123 APA e RPPN de domínio privado. Daí o cuidado de nós temos até uma cópia. Pega o Decreto no final. Isso, o
2124 decreto ele regulamenta o art. 36, da 9.985 que é o que fala sobre a compensação ambiental. E ele deixa muito
2125 claro. Que Educação Ambiental só está lá em propriedades de domínio privados. Então, na verdade, essa estratégia
2126 tem que ser bem pensada. Preocupa-me até a inviabilidade dela, portanto, a necessidade e aí, quando fala de
2127 estratégias de urgência. É urgência mesmo. É tocar tudo. É o que nós falamos em Goiânia é plano e fazendo. Nós já
2128 fizemos aqui um requerimento de repente a CTAJ, já que lá eles têm um *juridiquês* mais elaborado para que eles
2129 possam provocar o Plenário do CONAMA para fazer essa recomendação à Ministra e à Casa Civil. Então, nós não
2130 podemos demorar, aliás, eu faço até uma proposta, que já se aprove aqui, independente de qualquer estratégia que
2131 venha a ser adotada à proposta de recomendação.

2132

2133

2134 **A Sr^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – A minha proposta era nesse sentido. De fazer uma recomendação, mas uma
2135 recomendação que vá junto com a estratégia do ENCEA, de modo que nós consigamos mostrar que nos itens em
2136 que tem: em que são passíveis nas unidades de conservação são regularização fundiária e demarcação de terras.
2137 Elaboração, revisão, e implementação do plano de manejo. Aquisição de bens e serviços necessários. Gestão,
2138 monitoramento, e proteção da unidade, compreendendo a sua área de amortecimento. Todas essas, na verdade,
2139 têm implícita a Educação Ambiental. A Educação Ambiental elas estão implícitas nas diversas prioridades, para onde
2140 vão os recursos da compensação e, de fato, só nos casos de RPPN S e refúgios de vidas silvestres e área de
2141 relevante interesse ecológico é que tem a implantação de programas de Educação Ambiental, porque nas unidades
2142 de conservação *Lato Sensu*, assim estatais, pública, elas pressupõem que é só o desenvolvimento de pesquisas e
2143 não visitação e Educação Ambiental nesse sentido em que nós estamos falando aqui. Até porque elas são parte de
2144 toda uma política de preservação e não conservação ambiental. E, então, eu acho que para nós podermos fortalecer
2145 esse pleito, nós poderíamos criar uma recomendação com base no trabalho do ENCEA e uma recomendação de
2146 uma estratégia e incluir a inserção de Educação Ambiental. O que eu acho que vai ser muito complicado, porque
2147 essas áreas são extremamente restritas, e restritivas e Educação Ambiental implica em visitação, abrir ao público,
2148 uma série de outras ações. Mas, o que eu acho é que nós deveríamos incluir, por exemplo, o uso da compensação
2149 não com Educação Ambiental dentro dessas áreas, mas nas áreas do entorno, por exemplo, com escolas, e que
2150 seria fundamental usar o recurso. E o recurso da compensação e a gestão da própria área de conservação, da
2151 unidade de conservação para Educação Ambiental nas áreas intermediárias e do entorno como escolas, por
2152 exemplo. E com relação àqueles 15%, eu até entendo o pleito, mas no fim vai acabar não entrando para a Educação
2153 Ambiental quando se fala em institucionalização e eu não sei se entraria, ou não, nessa recomendação. É uma
2154 questão de vocês tentarem apresentar isso seria uma recomendação e não uma Resolução.

2155

2156

2157 **A Sr^a. NÃO IDENTIFICADA** – É que as unidades de conservação públicas elas tem a função de Educação
2158 Ambiental sim, o que elas não têm é ao direito de compensação a prioridade é para regularização fundiária. Então, a
2159 Educação Ambiental, não entra como prioridade, mas elas têm a função de Educação Ambiental é só para não ficar
2160 colocado que para parque...

2161

2162

2163 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Olha, uma questão, só para esclarecer essas dúvidas. Aqui
2164 dentro do SNUC, só para esclarecer, eu vou ler o § único que trata da compensação por significativo impacto
2165 ambiental. Então, diz assim: § único, nos casos da Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural,
2166 Refúgio da Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o
2167 domínio não sejam do poder público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as
2168 seguintes atividades: Elaboração do plano de manejo ou nas atividades de proteção da unidade; realização das
2169 pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vetada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;
2170 implantação de programas de Educação Ambiental e financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso
2171 sustentável dos recursos naturais da unidade afetada. Esse é o § único que trata dessas questões.

2172

2173

2174 **O Sr. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JÚNIOR (ANAMMA)** – Só me permita, é o seguinte, evidentemente, óbvio que
2175 toda unidade de conservação é um instrumento de Educação Ambiental *per se*, óbvio. Então, só que, só esclarecendo
2176 a professora Rachel, que na 02/96 eu vi a sua aplicação, fui até pioneiro na sua aplicação em alguns, implantação,
2177 por exemplo, dos equipamentos do Parque ou na implantação do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, o
2178 Parque Estadual que era apenas uma serra que queimava todo ano, os seus doze mil hectares lá, e, no entanto, a
2179 primeira ação que teve com fortalecimento institucional foi de Educação Ambiental da população no entorno. Naquela
2180 época nós não falávamos zonas de amortecimento, nós usávamos a terminologia da 13/90 que era o entorno e
2181 passávamos dos 10 km, quando prevê ainda 13/90. Então, a questão do fogo que era... Então, a produção folheteria,
2182 as viagens, as reuniões, enfim. Tudo isso foi determinado dentro do aspecto do fortalecimento institucional. Agora,
2183 evidentemente, isso é uma questão discricionária. Agora, me desculpe o meu amigo Hélio, mas os recursos, dessa
2184 compensação ambiental, que estão sendo cobradas pelo Governo Federal, eu repito aqui, ele é uma engrenagem
2185 tão complicada que parece uma engrenagem de um relógio “cuco antigo”. Você está entendendo? Porque a
2186 prioridade, que aí é uma definição da política de meio ambiente está protagonizando, e eu não estou fazendo
2187 nenhuma crítica, eu estou apenas constatando. A política de meio ambiente está protagonizando ou não, dentro do
2188 *standard* do Governo Federal. Ora, se o recurso da compensação ambiental no meu município, onde ela foi

2189implantada pioneiramente, assim, na questão de empreendimentos urbanos como mega-mercados, *shopping*
2190*centers* e tal. Ele vai para o Fundo Municipal do Meio Ambiente ou ele vai definido diretamente para Unidade de
2191Conservação. Ele não precisa fazer essa chicana financeira que vai lá para uma Câmara de compensação, uma
2192conta na Caixa Econômica Federal, aí como é que vem, aí senão nós não veremos nunca a aplicação desses
2193recursos. Eu estou defendendo são as estruturas ambientais do Governo Federal, porque senão, desculpe a
2194expressão não é jocosa, pode cortar aí da fita, nós vamos ver a aplicação desse recurso igual pêlo em ovo, não
2195existe. Por que é muito complicado você retomar essa questão. Isso é uma discussão, evidentemente, que ela
2196suplanta a questão da Educação Ambiental. É uma questão que deve ser definida dentro do SISNAMA, mais
2197amplamente, para ser discutida, mas é uma oportunidade para nós contextualizar esse assunto aqui. Oportunidade
2198rica já que a Câmara de Educação Ambiental teve a perspicácia de discutir esse assunto.

2199

2200

2201**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Bom, colocado assim, dessa maneira, vamos prosseguir.

2202Tendo em vista que já são 15h. Faltam 6 minutos para as 15h. E o nosso horário para terminar seria originalmente às
220317h, não é isso?

2204

2205

2206**A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Nós estamos, então, com duas alternativas: nós temos que
2207elaborar uma resolução ou para pedir mudança na lei ou uma resolução nos moldes como vocês estão pensando. E
2208essa Resolução só pode ser discutida nas próximas reuniões se houver uma proposta em papel, efetiva que nós
2209possamos colocar com cinco dias, pelo menos, de antecedência. O Ideal é que ela seja colocada bem antes para
2210que o pessoal possa ler, discutir com as partes e com as pessoas. Então, esse assunto só voltará à pauta se houver
2211uma proposta de recomendação.

2212

2213

2214**O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – A ANAMMA se compromete a encaminhar a proposta de
2215recomendação a esta Câmara Técnica até a próxima reunião.

2216

2217

2218**A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – E a origem dessa proposta de recomendação tem que ser a
2219Câmara Técnica. A Câmara de Assuntos Jurídicos só julga as propostas originárias das Câmaras Técnicas. Então, é
2220aqui o fórum para fazer essas duas resoluções. E ela só voltará em pauta com a proposta de Resolução, que nós
2221vamos fazer no processo e trazer para discussão.

2222

2223

2224**A Srª. ANA LUIZA (DEA/MMA)** – Eu estou me colocando à disposição porque eu acho que nós teríamos que
2225construir essa proposta de Resolução conjuntamente. Eu estou só me colocando à disposição para nós podermos
2226estar fazendo esse diálogo, ainda que sejam duas propostas distintas.

2227

2228

2229**O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Eu vou ser honesto, não é questão de egoísmo, é mais uma
2230questão de celeridade. Tudo aquilo que demanda mais encontros para fazer, demora, e nós sabemos bem disso. Eu
2231prefiro o seguinte esquema, só para concluir a fala: a ANAMMA se compromete a fazer essa minuta, essa minuta vai
2232vir para cá, ela vai ser lida. Pode se fazer destaque a qualquer momento. Então, eu tenho certeza que a participação
2233de todos leva a uma construção melhor, mas eu também tenho certeza que a burocratização do serviço leva uma
2234demora. Então, eu prefiro que a ANAMMA faça essa proposta, apresente aqui e aí, aqui, seja discutido, porque é o
2235âmbito ideal para isso.

2236

2237

2238**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Eu queria dizer o seguinte: parece-me que as duas propostas são
2239complementares, porque a da ANAMMA é uma proposta de mexer na lei, de usar o CONAMA como fórum político
2240para mexer na lei. E eu acho perfeito, sou de acordo. E a outra proposta é de que o ENCEA traduza quais são as
2241diretrizes práticas para a Educação Ambiental, que é feito em unidade de conservação. Então, como é que se dá a
2242Educação Ambiental nos planos de manejo, como é que se dá-nos processos de demarcação e regularização
2243fundiária. Então, que são... As duas podem caminhar paralelamente

2244

2245

2246 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA REGIÃO SUDESTE)** – É mais um motivo para eles serem feitos de
2247 forma separada, porque se tratam de dois instrumentos distintos, uma vai ser uma recomendação e a outra uma
2248 resolução.

2249

2250

2251 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então vamos fazer... Vamos acatar as duas sugestões, e
2252 depois essa Câmara Técnica faz suas análises em cima dessas sugestões.

2253

2254

2255 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Paulo, eu gostaria de dar uma sugestão, Thiago,
2256 antes que você saia: olha só, eu acho que nós temos que estar muito claro, tudo bem, uma é recomendação e a
2257 outra é Resolução. Agora... E acho, concordo também é mais difícil estar longe, mas independente disso, eu acho
2258 que esse diálogo tem que acontecer, já. Nós temos aqui, já disponível no *site* do MMA. Eu acho que tem que ter um
2259 diálogo para você se inteirar, que estratégias de comunicação e educação que está acontecendo no ENCEA. Eu
2260 acho que isso é importantíssimo, até para você.

2261

2262 **O Sr. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA)** – Só para esclarecer. O diálogo vai acontecer. O diálogo vai
2263 acontecer porque é natural, é necessário, é fundamental, é qualquer outro adjetivo que você possa atribuir a algo
2264 muito importante. Agora, não podemos perder de vista que se trata de dois instrumentos jurídicos totalmente
2265 distintos. Portanto, não há que se falar agora, pelo menos por enquanto. Não há que se falar em ligação, porque são
2266 instrumentos jurídicos distintos que versam sobre objetos distintos. Lembrando que um é apenas uma proposta de
2267 recomendação, uma recomendação que vai ser encaminhada à Ministra, posteriormente à casa civil, ao Conselho de
2268 governo. O outro é uma proposta de Resolução, com poder normativo e tudo mais. São ritos diferentes, instrumentos
2269 diferentes. O diálogo vai acontecer, mas nesse ponto não há que se falar em diálogo entre essas duas matérias, com
2270 quanto, são matérias diferentes.

2271

2272

2273 **A Sr^a. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Mas eu queria só reafirmar o que eu estou
2274 colocando, que isso você que está colocando está muito claro, mas não significa... Eu estou sugerindo que você já
2275 conheça essa proposta, e isso que você ainda... Dialogando com o Ministério. Entende? Que eu acho que isso é
2276 fundamental também, para você não ficar só com um olhinho só e com uma perninha só.

2277

2278

2279 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então fica essa sugestão também gravada aí, para a atenção
2280 da ANAMMA. Bom, vamos encerrar essa questão agora e passar para uma próxima? Ou tem mais alguma coisa a
2281 ser sugerida? Vamos continuar, então? Nós estamos... Olha! Nós estamos aqui... Nove. Nós estamos indo para a 4^a.
2282 O que nós podemos fazer é elencar as restantes, e priorizar, porque pode ter alguma coisa que nós nos percamos
2283 aqui e tem alguma prioridade que nós passamos. Então, eu vou elencar quais seriam as restantes: 4) Proposta de
2284 Diretrizes de Educação Ambiental para o Processo de Comunicação, Informação e Mobilização; 5) Coletivos de
2285 Educadores: Propostas de Resolução para Criação de Cadastro Nacional de Coletivos de Educação; 6) Processo
2286 nº. 2000.003134/2005-21 – Proposta de Recomendação para os CEAs (Centro de Educação Ambiental); 7) Processo
2287 02000.01992/206-11 – Proposta de Inserção do Conteúdo, Bacias Hidrográficas Locais na Grade Curricular do
2288 Ensino Fundamental Brasileiro; 8) Estratégias de Participação na III Conferência Nacional do Meio Ambiente; 9)
2289 Discussão do Plano de Trabalho da Câmara Técnica e de Educação Ambiental: escopo, responsabilidade,
2290 distribuição e cronograma de atividade. Eu acho que, nesse caso aqui, da 3.1, o que se deveria discutir seria o
2291 cronograma de atividades, uma vez que escopo, responsabilidade e distribuição são do conhecimento de todos.
2292 Então, são essas possibilidades. Alguém sugere uma prioridade?

2293

2294

2295 **A Sr^a. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Eu deixaria para o final a proposta de inserção das bacias
2296 hidrográficas porque nós não temos até a pessoa aqui hoje, que eles estão tendo uma reunião sobre Educação
2297 Ambiental no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, ela ficaria até a parte final do processo.

2298

2299

2300 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Nós vamos priorizar o próximo ponto, não? Qual o próximo
2301 ponto? Qual é a sugestão? Qual é o número da questão? 3.4: Proposta e Recomendação à Educação Ambiental

2302 como Política Pública nas principais Resoluções do CONAMA. Então, está aberto para questionamentos e propostas.
2303 Rachel, estamos pedindo para você ver o texto dessa proposta de recomendação do item 3.4.

2304

2305

2306 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Bom, eu já posso dar uma introdução. Essa é uma proposta completamente
2307 preliminar. E ela depende também de uma recomendação ou Resolução sobre as questões da comunicação pelo
2308 Ministério do Meio Ambiente que tem um Grupo de Trabalho formado que está trabalhando com a questão da
2309 comunicação ambiental. Nós colocamos como: absolutamente preliminar. É uma versão zero, inclusive. E ela
2310 também está circulando no Ministério do Meio Ambiente e especificamente nessa área de comunicação ambiental.
2311 Eu tenho certeza que nós vamos ter que incluir aporte do Ministério do Meio Ambiente, bastante substanciais.

2312

2313

2314 **A SRª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Pessoal, nós vamos trabalhar essa versão zero, portanto, a
2315 versão final vai ser a versão oriunda da 14ª. Então, ela acusa zero porque nós estamos começando a trabalhar nela.

2316

2317

2318 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos fazer a leitura da proposta e Recomendação
2319 Diretrizes da Educação Ambiental para Ações da Informação, Comunicação e Mobilização, versão zero, estabelece
2320 diretrizes às campanhas, ações e projetos de educação ambiental conforme Lei 9.795/99 e dá outras providências. O
2321 Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas
2322 pelo art. 6º e art. 8º da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº. 99.274 de 06 de junho de
2323 1990 e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo Portaria 168 de 10 de junho de 2005.
2324 Considerando nos temos do art. 225 § 1º, capítulo 6º da Constituição Federal: a obrigação do poder público de
2325 promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do
2326 meio ambiente. Eu acredito que a palavra deveria ser “conservação” e não “preservação”. Eu acho que isso aqui
2327 poderia ser trocado. Pode ser Rachel? Aqui diz: a conscientização pública para preservação do meio ambiente. Eu
2328 acho que o termo correto teria “conservação”. Então, considerando que a educação ambiental e o SINIMA sobre o
2329 Meio Ambiente, SINIMA – são princípios de instrumentos fundamentais da Política Nacional de Meio Ambiente, com
2330 base na Lei 6.238/81, na Lei 10.650 de 16 de abril de 2003. Considerando a importância de fortalecer e engajar
2331 instituições e sujeitos sociais para a abordagem das questões socioambientais, conforme os princípios e objetivos da
2332 Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, estabelecida pela lei 9.795/99, pelo Decreto nº. 4.281/02 do
2333 Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, e das Agendas 21. Considerando os objetivos, definições,
2334 princípios e estratégias para a educação ambiental consagrados internacionalmente pela Conferência
2335 Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, pelo Tratado de Educação Ambiental, pela Sociedade Central
2336 de Responsáveis Global, pela carta da terra, pela instituição da década da educação para desenvolvimento
2337 sustentável 2005/2014, pelo Programa Latino Americano e Caribenho de Educação Ambiental – PLACEA e pelo
2338 Plano Andino Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental – PANACEA. Considerando que educacional
2339 ambiental...”

2340

2341

2342 **A Srª. DESCONHECIDA** – Isso aí pode tirar.

2343

2344

2345 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Essa consideração?

2346

2347

2348 **A Srª. DESCONHECIDA** – Esse Considerando aí.

2349

2350

2351 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – “Considerando que toda...”

2352

2353

2354 **A Srª. DESCONHECIDA** – Tira tudo. Tira todo. Tira todo o Considerando. O parágrafo para ficar mais curto.

2355

2356

2357 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Esse Considerando pode ser retirado?

2358

2359

2360 **A Srª. DESCONHECIDA** – Pode deletar.

2361

2362

2363 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – O próximo Considerando pode ser considerado? Então vamos
2364 lá: “Considerando a necessidade de orientar a atuação de terceiros em ações de educação ambiental desenvolvidas
2365 nas escolas, tutelando a função social e autonomia destas bem como, garantido o respeito às escolas, comunidades
2366 escolares e aos seus planos pedagógicos e curriculares conforme os ditames das legislações educacionais.
2367 Considerando o disposto do art. 15 da Lei 9.795 à 9.799 o art. 3º do Decreto 4.281/02, que atribuem ao Órgão Gestor
2368 da Política Nacional de Educação a incumbência de definir diretrizes políticas, instrumentos de avaliação e
2369 monitoramento para implementação da educação ambiental em âmbito nacional. Resolve: Art. 1º: Recomendar
2370 diretrizes da educação ambiental para as ações de informação, comunicação e mobilização. Artigo 2º: Para efeitos
2371 dessa recomendação entende-se por campanhas de educação ambiental, as atividades de divulgação pública de
2372 informação e comunicação social com intencionalidade pedagógica e educativa para o enfrentamento das questões
2373 socioambientais. E que: 1) Realizem a divulgação e a comunicação por qualquer dos meios gráficos, áudio,
2374 audiovisuais, visuais e virtuais; 2) Promovam o fortalecimento da cidadania ambiental por meio da compreensão
2375 crítica sobre a complexidade das problemáticas socioambientais”.

2376

2377

2378 **A Srª. DESCONHECIDA** – Promovam o fortalecimento “da” cidadania ambiental.

2379

2380

2381 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Promovam o fortalecimento cidadania ambiental. Seria: “da”
2382 cidadania. Não? Pode incluir? “Da” cidadania. 3) “Apóiem em processos participativos e a transformação de valores,
2383 atitudes, hábitos e comportamentos para a melhoria da qualidade da vida. Art. 3º São agentes da construção,
2384 promoção e divulgação de campanhas, os seguintes atores sociais: 1) Poder público em geral; 2) Instituições de
2385 ensino e de todos os níveis; 3) Educadores ambientais; 4) Movimentos sociais, entidades e organizações da
2386 sociedade civil; 5) Instituições de direito público ou privado; 6) Grupos, populações e comunidades locais. § único:
2387 Recomenda-se a articulação de uma diversidade de agentes e atores para ampliar a eficácia, bem como a qualidade
2388 da comunicação socioambiental. Art. 4º: Recomenda-se que as campanhas incorporem a educomunicação ambiental
2389 para: 1) Incentivar a gestão participativa dos meios de comunicação; 2) Promover o acesso democrático à produção
2390 e difusão de informações ambientais; 3) Amparar processos formativos de habilidades ligadas à comunicação e
2391 expressão, para que os cidadãos tenham uma postura crítica diante das informações ambientais e os meios de
2392 comunicação; 4) Articular e mobilizar comunidades, coletivos grupos e instituições, incentivando tomadas de
2393 decisões e ações coletivas. Art. 5º: Além de observar os princípios orientadores, referências teóricas e metodologia
2394 da educação ambiental contidos na Lei 9.795/99 do PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental no
2395 Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, as ações, campanhas
2396 e projetos de comunicação, informação e mobilização ambiental devem observar, ainda, as seguintes diretrizes: 1)
2397 Quanto à linguagem: A) Adequar-se ao público alvo permitindo a compreensão e o acesso a grupos sociais e
2398 ambientalmente vulneráveis; B) Valorizar a visão de mundo e os conhecimentos, a cultura e práticas de comunidades
2399 locais e de comunidades de povos tradicionais e originários. C) Promoção do acesso a informação e ao
2400 conhecimento das questões ambientais e científicas de forma clara e transparente. 2) Quanto à abordagem: A)
2401 Contextualizar as questões socioambientais e suas múltiplas dimensões e relações complexas nas diferentes
2402 escalas, individual ou coletiva, histórica, cultural, política e ecológica; B) Sensibilizar sobre a questão socioambiental
2403 para além das ações de comando e controle, evitando perspectivas meramente utilitaristas ou comportamentais; C)
2404 Adotar princípio e valores para a construção de sociedades sustentáveis e suas diversas dimensões social,
2405 ambiental, política, econômica e cultural. 3) Quanto às sinergias e articulações: A) Promover a interação com o
2406 SIBEA – Sistema Brasileiro de Educação Ambiental, o qual promove o intercâmbio e vinculação virtuais de
2407 produções educativas ambientais. B) Buscar sinergia entre as ações, projetos e programas de educação ambiental
2408 do Órgão Gestor do PNEA e dos Estados e municípios. Art. 6º: As ações de terceiros em processos formadores e
2409 projetos de educação ambiental a serem implementados no âmbito escolar, nos estabelecimentos de ensino ou com
2410 o envolvimento da comunidade escolar devem: 1) Observar o disposto nas legislações educacionais, inclusive, nas
2411 resoluções dos Conselhos Estaduais, Municipais e Nacional de Educação; 2) Procurar adequar procurar e integrar as
2412 suas ações, as políticas de programas de educação ambiental desenvolvidos no âmbito federal, estadual e
2413 municipal, conforme a abrangência dessas ações e o público alvo a ser envolvido; 3) Respeitar o currículo, o projeto
2414 político pedagógico e a função social dos estabelecimentos de ensino, bem como os seus calendários escolares e a
2415 autonomia que lhes é conferida por lei. Art. 7º: No âmbito da educação ambiental não escolar os projetos devem

2416focar públicos alvos específicos instaurando e potencializando articulações entre todos os seguimentos que
2417trabalham com educação ambiental. Art. 8º: Recomenda-se que o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação
2418Ambiental e as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental amparem, incentivem e ofereçam metodologias
2419para campanhas, projetos e programas socioambientais de comunicação, mobilização e informação ambientais”.
2420Esclarecer que a procedência desse documento é do Ministério da Educação.

2421

2422

2423**O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – A questão que eu coloco é: primeiro, em relação ao âmbito
2424em que essa recomendação toca. Então, pelo que eu estou entendendo, dentro de um escopo, de uma
2425recomendação maior para as ações de educação ambiental das resoluções do CONAMA. Seria isso? Então, me
2426parece que isso precisaria explicitar melhor no texto, em algum momento, se é isso ou se trata de uma
2427recomendação que toca os entes do SISNAMA como um todo. Se for uma recomendação que toca os entes do
2428SISNAMA, aí nós estaremos dando um passo mais significativo. E aí, nesse sentido, como coloca a Rachel é preciso
2429observar o avanço da discussão do Grupo de Trabalho que está debruçado sobre isso no âmbito do MMA.
2430Especialmente no art. 7º, quando se trata da educação ambiental não escolar, digamos assim, é o trabalho desse
2431grupo. Pensar o que as ações de órgãos ambientais, de educação ambiental, podem envolver campanhas e
2432mecanismos de informação e comunicação ambiental na perspectiva da comunicação. Então, eu acho que deveria
2433se explicitar isso logo ali no “Resolve: Art. 1º: Recomendar diretrizes da educação ambiental para ações de
2434informação, comunicação e mobilização, no âmbito das resoluções do CONAMA e estendida aos demais entes do
2435SISNAMA” ou, de alguma forma, isso deveria ser dito ou explicitado aí. Eu sugiro que no art. 1º, no “Resolve: art. 1º:
2436Recomendar diretrizes da educação para as ações de informação, comunicação e mobilização...” Aí é questão de se
2437decidir qual é o âmbito que se deseja tocar. A minha sugestão é que essa recomendação possa se estender às
2438práticas de educação ambiental, setores que fazem a educação ambiental em quaisquer entes do SISNAMA. Então,
2439se uma Secretaria do Meio Ambiente, enfim, qualquer setor de qualquer órgão ligado ao Sistema possa se envolver
2440nessa recomendação. “Recomendar diretrizes de educação ambiental para ações de informação e comunicação
2441ambiental no âmbito das resoluções do CONAMA, bem como estendido ao conjunto dos setores responsáveis pela
2442educação ambiental no SISNAMA”. Eu não sei como dizer isso. Então, quer dizer que é algo voltado, não só
2443internamente, mas externamente também, para todos os atores da sociedade que fazem educação ambiental. Então,
2444é mais amplo ainda. Eu acho que precisa realmente ficar esclarecido.

2445

2446

2447**A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Só para esclarecer esse ponto: nós podemos mexer nessa redação. Eu acho
2448que tem uma relação total com aquela recomendação que nós fizemos anteriormente. E por isso que aqui, talvez
2449valha à pena mencionar no âmbito das resoluções do CONAMA, porque essas são as diretrizes que estão
2450prometidas naquilo que nós fizemos de manhã, nas resoluções do CONAMA, bem como, a qualquer ação de
2451Educação Ambiental que é feita pela sociedade. Pode ser empresas, dentro do SISNAMA ou fora do SISNAMA. A
2452redação: “Para ações de informação, comunicação e mobilização no âmbito das resoluções do CONAMA para ações
2453da sociedade”? Não sei. Como é que põe? Não, nem precisa. Pode começar assim: “Recomendar diretrizes de
2454informação ambiental para ações da sociedade em informação, comunicação e mobilização, bem como, no âmbito
2455das resoluções do CONAMA”? Porque se ele ficou em dúvida imagina...

2456

2457

2458**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Nas Resoluções CONAMA? Nos colegiados do CONAMA?

2459

2460

2461**A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu acho que nós temos que colocar aquilo que a Keilah sugeriu na outra
2462Resolução: “Informação, comunicação e mobilização proposta por instituições públicas, privadas, sociedade civil,
2463bem como nos colegiados.”

2464

2465

2466**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Vamos lá: “Recomendar diretrizes de educação ambiental para as
2467ações de informação, comunicação e mobilização”. Agora eu vou falar. “Realizadas por instituições públicas e
2468privadas, por organizações da sociedade civil, bem como por órgãos e colegiados do SISNAMA”.

2469

2470

2471**O Sr PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Nós vamos elencar todas as sugestões ou vamos aprovando
2472conforme elas forem apresentadas para facilitar? Aqui já está aprovado? Senão nós vamos nos perder lá, depois. Eu

2473acho melhor nós falarmos e aprovarmos. Então, está aprovada a Sugestão de Recomendação de Diretrizes da
2474Educação Ambiental. Vamos para o segundo.

2475

2476

2477**O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – O art. 3º, onde está dito: “São agentes da construção,
2478promoção e divulgação de campanha os seguintes atores sociais: o poder público em geral, instituições de ensino de
2479todos os níveis, educadores ambientais, movimentos sociais...” O que eu acho que está faltando é explicitar os
2480canais de comunicação. Eles são empresas, são, às vezes instituições públicas ou privadas, mas eu acho que eles
2481são atores muito relevantes para estarem diluídos. Quem faz a comunicação profissional são canais da
2482comunicação. Eu acho que deveria se colocar um item: “Empresas ou instituições públicas de comunicação”.

2483

2484

2485**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos colocar também essa opção? Em vermelho.

2486

2487

2488**O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – Eu acho que um ator fundamental que vai interagir com isso
2489é a própria Empresa Brasileira de Comunicação, criada agora nesse momento articulando os canais públicos de
2490comunicação, eles são atores centrais de se fazer promoção de ações, por exemplo, do CONAMA e tudo mais.

2491

2492

2493**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Aprovada essa sugestão? Aprovada por unanimidade. Vamos
2494para a próxima.

2495

2496

2497**O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – Tem uma última sugestão. Só para lembrar que nós
2498incluímos os canais de comunicação para explicitar como atores que fazem a comunicação. E no art. 5º, na parte 3,
2499quanto a sinergia e articulações, reparem: “Promover interação com SIBEA – Sistema Brasileiro de Educação
2500Ambiental, ao qual promove intercâmbio de veiculação virtual de produções educativas ambientais. Esse módulo do
2501SIBEA de desenvolver e articular (...) ele articula, ele pode divulgar e ele pode cadastrar entes que fazem no
2502momento. Então, eu acho que deveria colocar assim: “Promover interação com o SIBEA – Sistema Brasileiro de
2503Educação Ambiental, visando apoiar o intercâmbio e veiculação virtuais de produções educativas ambientais”.

2504

2505

2506**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Essa questão está terminada a explanação? Está aprovada
2507por todos? Aprovada.

2508

2509

2510**O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – Uma última questão de fundo que eu gostaria de colocar,
2511que é relativa ao fato de que quando nós estabelecemos uma recomendação dessas com esse alcance, a primeira
2512pergunta que qualquer ator da sociedade deseja fazer esse tipo de comunicação vai perguntar: “Alguém vai nos
2513apoiar, vai ter algum recurso, vai se estabelecer algum meio de fomento para isso, existe a possibilidade de que, no
2514momento, em que nós estabeleçamos uma recomendação dessas também não sugira ou indique que os entes e
2515todos os atores envolvidos também definam meios de apoiar essas atividades?”. Então, a minha pergunta é esta: se
2516não caberia aí um outro artigo explicitando isso, que haverá ainda que se definida ou que caberá aos atores
2517envolvidos definir meios de apoio a essas atividades? Seria um outro artigo, que me parece bem... Teria que se
2518pensar bem nele.

2519

2520

2521**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mas nós temos autonomia para incluir esse tipo de...

2522

2523

2524**A Srª. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Não é muito imperativo, mas ajuda a pessoa...

2525

2526

2527**O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – Pelo menos ao que toque os entes públicos, nós podemos
2528recomendar que criem linhas de apoio e fomento a esse tipo de atividade.

2529

2530

2531 **A Sr^a. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Eu concordo. Inclusive a Vivi está lembrando o que Nilo falou que sempre
2532 precisa ter, sempre, pelo menos algum tipo de indicação de onde vêm os recursos. É que você está pensando nos
2533 recursos? E agora eu posso viajar na maionese? E falar uma coisa assim completamente fora, mas que pode ser
2534 que tenha alguma viabilidade. Uma vez eu vi que todas as campanhas de cigarro, por exemplo, deveriam, elas são
2535 milionárias as campanhas publicitárias de cigarro, um percentual desse recurso que é investido pelas empresas, por
2536 exemplo, nessas áreas, iria para saúde, sei lá. Tudo que se investe em propaganda de coisas que poluem, isto é,
2537 tudo poderia entrar para um fundo de contrapropaganda que, na verdade, isso daqui e quando nós falamos em
2538 endocomunicação à contra a propaganda. A produção de publicidade ou de informações que não são aquelas feitas
2539 pelo grande mídia. Isso é uma das coisas. A outra coisa que me ocorre é que existe uma lei dos meios de
2540 comunicação que todas as TVs a cabo precisam disponibilizar áreas de veiculação de e produção, inclusive, pelas
2541 comunidades, de produção para os meios das comunidades. Talvez nós possamos usar esse tipo de legislação que
2542 existe para isso daqui. Eu não sei o que você acha Francisco? Você ouviu o que eu disse? Duas coisas: uma é para
2543 educação ambiental poder usar um percentual dos recursos que são aplicados por propagandas que geram poluição,
2544 que geram degradação ambiental. Todas essas publicidades deveriam ter um percentual que vêm para a
2545 contrapropaganda, que é educação ambiental. E a outra coisa é uma lei que existe e que é uma obrigação das TVs a
2546 Cabo cederem espaços para a produção pelas comunidades por ONGs e tal... De produtos de comunicação
2547 também. Para TVs públicas e tal... Essas TVs pagas. Elas têm obrigação de ter espaço para isso, manter estúdios
2548 para isso.

2549

2550

2551 **O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – Há uma tendência, uma reação muito grande quando se
2552 tenta orientar a programação ou se obrigar a produzir alguma coisa. É uma luta muito mais complexa, eu penso
2553 assim. Agora, no outro que você coloca, de que ações de comunicação potencialmente causadoras dos danos
2554 ambientais e poluição visual, aí, eu acho que poderia, sim, já diretamente abordar. Porque, por exemplo, na
2555 discussão da empresa pública de Comunicação, da Empresa Brasileira de Comunicação isso já está presente, de
2556 normatizar toda essa presença do conteúdo, da parte educativa, do processo de produção participativa e de interferir,
2557 numa política de interferir, como referência nos outros canais que devem fazer isso por lei, também. Isso já é um
2558 projeto, já, da SECOM está uma discussão e é muito complicado. Mas de qualquer forma já está sendo dado, mas
2559 eu acho que avançaria já se nós colocássemos nesse âmbito apontando, para pelo menos, para a obrigatoriedade
2560 de se investir em comunicação ambiental ou em educação ambiental. Campanhas e mecanismos de formação em
2561 educação ambiental as atividades causadora de danos a poluição ou impacto ambiental a publicidade e
2562 comunicação. Eu não sei se caberia...

2563

2564

2565 **A Sr^a. KEILAH DINIZ (MINISTÉRIO DA CULTURA)** – Eu acho, no caso, envolveria também um processo de
2566 definição desse impacto, quer dizer, uma coisa que aí como é que você identifica essa... Então, teria que estar
2567 relacionada com um processo anterior de identificação desse impacto.

2568

2569

2570 **O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – A sugestão que eu faria seria esta: colocar essa pauta para
2571 a possibilidade de uma Resolução mesmo, dando consequência até a essa recomendação.

2572

2573

2574 **A Sr^a. VIVIANE VAZZI PEDRO (CGEA/MEC)** – Francisco, se você pudesse redigir uma proposta e nos ajudar nessa
2575 pesquisa. Isso que a Rachel falou a respeito de uma chamada “contrapropaganda” entre aspas. A Política Nacional
2576 de resíduos sólidos que está sendo discutida no Congresso, ela também tem uma proposta, bem controversa, mas
2577 é a seguinte as empresa que fabricam embalagens teriam a obrigatoriedade de fazer uma educação ambiental
2578 ante embalagem e para destinação correta desses resíduos sólidos. Então, já existem políticas e Projetos de Lei e de
2579 políticas nacionais que estão caminhando para essa tendência. Eu acho que nós poderíamos aqui no CONAMA dar
2580 uma força política recomendar e dar uma força política, a essa tendência, sim.

2581

2582 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vai ser feita uma redação dessa proposta?

2583

2584

2585 **O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – Eu acho que no âmbito do MMA nós poderemos fazer uma
2586 primeira colaboração, primeira proposta e remeter aqui com prazos.

2587

2588

2589 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Você quer estabelecer um prazo ou você pode estabelecer um
2590 prazo para isso para nós já deixarmos pautado?

2591

2592

2593 **O Sr. FRANCISCO DE ASSIS MORAES (DEA/MMA)** – Até por obrigação junto ao Ministério Público, houve uma
2594 pressão da sociedade pelo Ministério Público para que o Ministério desse uma resposta. Então, até a próxima
2595 Conferência Nacional do Meio Ambiente, que é maio, ou seja, daqui a pouco, tem que ser dar uma resposta global
2596 em relação à Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental. Então, eu acho no que bojo dessa
2597 discussão numa próxima Plenária do CONAMA já deveria, se for possível, pautar. Eu acho que daria para apresentar
2598 uma proposta preliminar em 8 de abril.

2599

2600

2601 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, vamos considerar como todas elas aprovadas, como
2602 sugestões. Todas aprovadas? Estão de acordo? Então, todas as alterações e a sugestões ficam aprovadas.

2603

2604

2605 **O Sr PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Qual a alteração? Art. 3º: “Quanto a Sinergia de Articulações:
2606 Empresas ou instituições públicas de comunicação”. Empresas privadas?

2607

2608

2609 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Canais de comunicação pública ou privados. Essa é a última
2610 alteração? Vamos prosseguir?

2611

2612

2613 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu acho... É fora disso. Esses dois pontos que
2614 Rachel trouxe, mas esse que Vivi trouxe, em relação a empresas que fabricam embalagem, qual o encaminhamento
2615 que nós vamos dar para poder buscar essas informações? Eu acho que nós poderíamos listar, em minha opinião,
2616 listar mais possibilidades aqui para que nós enxerguemos para ver o que nós podemos sair correndo atrás.

2617

2618

2619 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – A nossa proposta para o Francisco é que ele faça essa pesquisa e proponha
2620 uma redação. Ele já aceitou. Ele disse que tudo bem.

2621

2622

2623 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Quanto à proposta de Resolução ou de Recomendação, ela
2624 pode ser apresentada por qualquer cidadão, ser feita elaborada por qualquer cidadão, mas tem que ser apresentada
2625 por um membro da Câmara Técnica, por um Conselheiro. Então, eu preciso que a Câmara Técnica receba essa
2626 proposta para que eu possa colocar como proposta de recomendação. Como contribuição fica tudo ok, mas como
2627 proposta específica de recomendação, nós deixamos...

2628

2629

2630 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – A sugestão: se esta Mesa pode solicitar fazer a solicitação de
2631 nossa parte a vocês e já consta de ata. A Câmara Técnica já faz essa solicitação e já constar de ata. Você já começa
2632 a trabalhar, e é uma solicitação desta Mesa, e evita outras formalidades. Teríamos mais um item a ser discutido
2633 nessa reunião que o 3.9. E todos estando de acordo seriam tratar do assunto de Estratégias de Participação na III
2634 Conferência Nacional do Meio Ambiente. Então, como você disse qual seria o foco dessa estratégia de participação.

2635

2636

2637 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Na outra Conferência, em primeiro lugar todos os Conselheiros do CONAMA
2638 são delegados natos na conferência nacional. Então, todos nós devemos participar. Nas anteriores, não teve uma
2639 estratégia específica. Eu acho uma boa idéia e, especialmente, porque tem um tema da conferência que é
2640 especificamente Educação Ambiental para o enfrentamento das mudanças climáticas. Eu acho que nós deveríamos
2641 participar sim, com uma estratégia específica. Eu não tenho, mas como uma geral é participar da conferência e
2642 participar especificamente daquela área temática, Eixo IV.

2643

2644

2645 **A Srª. THAIS FERRARES PEREIRA (DEA/MMA)** – Existe um texto base desse Eixo IV que é do texto que vai
2646 compor o caderno da Conferência Nacional e nós poderíamos também disponibilizar para os membros já a partir de
2647 amanhã. Nós já temos esse texto finalizado. Só pegaria com a equipe da Conferência Nacional que estava
2648 finalizando essa semana agora passada. Então, eu acredito que hoje já deve estar finalizado e eu poderia me
2649 comprometer a encaminhar para vocês poderem disponibilizar para os membros

2650

2651

2652 **A Srª. PATRÍCIA PINTO (OCA BRASIL)** – Esta semana eu liguei para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de
2653 Goiás para saber se já estava marcada a Conferência Estadual. Que tem que ser marcada até o dia 30 de março.
2654 Nós estamos no fim de fevereiro e não marcaram. Então, eu não sei se todos os estados não marcaram. Eu queria
2655 saber. Isso para nós seria interessante saber como é que anda isso. Porque, isso se é uma Conferência Nacional
2656 alguns Estados, vão esquecer, vão passar do prazo, como costuma acontecer que eu sei. Eu já trabalhei no
2657 Executivo, eu sei que passa mesmo. Eu queria entender como é que vai ser isso. Se nós somos vinculados a
2658 participar da Estadual para depois poder levar do Estadual para o Nacional para.

2659

2660

2661 **A Srª. THAIS FERRARES PEREIRA (DEA/MMA)** – Como esclarecimento, nós poderíamos até aprofundar isso.
2662 Mais com a equipe da conferência, mas pelo que eu compreendo desse processo, é que as agendas dos Estados,
2663 com exceção, eu acho que o próprio Distrito Federal estava para confirmar. E tinha mais um estado, que eu não sei
2664 se era o Pará... Eu não me lembro. Eu não me recordo. Só que não tinha confirmado a data. Todos os outros
2665 estados, as datas estavam confirmadas. Isso foi atualizado também, no final da semana passada e já está disponível
2666 no site, até, do Ministério. E aí, eu confirmei isso com a equipe da conferência na quinta-feira, essa agenda. Então,
2667 tinha a exceção de dois estados que não estavam confirmados, mas os outros estavam confirmando as datas até o
2668 final de março. E com relação à participação, o que nós conversamos com equipe da conferência é que e o processo
2669 é assim: Os estados fizeram suas regionais ou municipais, cada estado definiu como é que ia fazer. E estar levando
2670 isso para a estadual. E é, a partir da estadual, do que veio dessas regionais e municipais, com aporte de um texto da
2671 conferência nacional, vão ser feitos os debates e o que sair dessa estadual é que vem... Das 27 unidades, é que vem
2672 para a nacional.

2673

2674

2675 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mais alguma consideração nesse assunto?

2676

2677

2678 **O Sr. EDER LEONARDO C. BORBOREMA (MINISTÉRIO DO ESPORTE)** – Eu acho que como contribuição das
2679 estratégias de participação na III Conferência Nacional do Meio Ambiente, como instrumento de processo
2680 democrático, eu creio ser muito importante os Conselheiros observarem bem as contribuições, as considerações da
2681 sociedade civil, o que eles propõem e, principalmente, como foi dito antes, as Câmaras específicas de Educação
2682 Ambiental.

2683

2684

2685 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mais alguma consideração no tema? Então, podemos sugerir
2686 o encerramento da sessão?

2687

2688

2689 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu queria só, que nós lembrássemos o que ficou aí
2690 agora: “Coletivos, educadores, centros de educação ambiental, bacia hidrográfica, administração pública”. São esses
2691 quatro, não é isso?

2692

2693 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Foram cinco itens, de nove, discutidos.

2694

2695

2696 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Pronto. Então, nós temos esses quatro. Eu sugiro
2697 que nós comecemos na próxima... Nós avançamos pelo menos um pouquinho. Está melhorando. Então, eu gostaria
2698 de introduzir duas coisas, assim, eu não sei se na próxima pauta, mas são duas coisas que me chamaram atenção:
2699 Uma, que eu acho que nós precisamos alinhar, um pouco, a própria política mesmo, porque nós estamos nos
2700 encontrando agora, vamos dizer, desde o ano passado para cá, mas eu acho que nós estamos trabalhando, por

2701 exemplo, com esportes, com cultura, que são áreas afins, e estão juntos. Mas eu acho que nós precisaríamos estar
2702 tendo um momento de um alinhamento, assim, conceitual, de princípios, de conceitos. Eu acho que seria uma
2703 oportunidade de nós avançarmos um pouquinho assim. Eu tenho sentido essa necessidade. E o outro, é que nós
2704 possamos estar, também, com um diálogo com o Órgão Gestor, que são o Ministério do Meio Ambiente e o
2705 Ministério da Educação. E de nós sabermos um pouco o que vem acontecendo, por exemplo, nós temos uma
2706 representante aqui, do Governo do Ceará, que está no comitê assessor. Então, eu não sei se pessoa, que é o
2707 Governo do Ceará, poderia estar fazendo esse papel de trazer, um pouco, assim, para dar. Por exemplo, porque nós
2708 estamos aqui numa Câmara Técnica de um Conselho Nacional, subentende que nós estamos em total consonância
2709 com o Órgão Gestor, e estamos. Mas do ponto de vista, assim, que eu estou dizendo, dos desdobramentos dos
2710 trabalhos. Entendeu? Porque muita coisa está acontecendo, e acho que seria muito importante que nós pudéssemos
2711 estar, todos nós, porque eu, particularmente, de certa forma, estou. Venho acompanhando, mas eu acho que é uma
2712 coisa importante, que esse grupo, que essa Câmara Técnica também esteja acompanhando o que está acontecendo
2713 nos dois Ministérios. Entendeu? No processo. Então, assim, talvez na primeira “1h” da Câmara Técnica, nós
2714 pudéssemos ter, assim, não só Informes, mas que nós pudéssemos... A partir do que está se trabalhando, nós
2715 pudéssemos aprofundar um pouquinho e ganhar um pouco, para aprofundar, para esse grupo crescer junto, assim,
2716 do ponto de vista.

2717

2718

2719 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Quem era o nosso representante junto ao Grupo Assessor,
2720 era o Marco, que foi agora para outra Secretaria, e nós... E estava previsto o relato da atividade dele nesse grupo. E
2721 eu não sei agora como nós vamos resgatar esse relato ou se nós zeramos aqui e indicamos outra pessoa para esse
2722 Grupo Assessor. E a Tita traria para nós algumas coisas sobre isso.

2723

2724

2725 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Cleide, eu acredito que a OCA Brasil é suplente do Marcos,
2726 não é? Não. Não participou porque estava na suplência. Uma vez que ele deixa de estar, eu acho que a Oca teria
2727 que assumir esse concurso. Agora, a Rachel poderia esclarecer para nós, uma vez que você tem conhecimento
2728 desse Comitê Assessor?

2729

2730

2731 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – A Tita tem toda razão nisso, mas como sofreu essa solução de continuidade, a
2732 participação do Marcos na Reunião do Comitê Assessor. Eu sou do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação
2733 Ambiental, como representante do Ministério da Educação. Mas, na minha visão, o Marcos deveria ser solicitado a
2734 enviar um relatório e um relato da reunião em que ele foi, e participou, como representante do CONAMA, no Comitê
2735 Assessor. Não tem o menor sentido eu trazer esse tipo de observação.

2736

2737

2738 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – E como nós podemos solicitar a ele que encaminhe isso, é
2739 possível? Através da Secretaria do CONAMA que encaminhe para esta Câmara Técnica para o acompanhamento da
2740 suplência, que vai colocar na Plenária.

2741

2742

2743 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – O CONAMA tem que fazer isso.

2744

2745

2746 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Você acha que essa pessoa que apresenta na
2747 Câmara Técnica que tem que fazer esse papel está socializando os processos que estão... Não é isso? Perfeito. Eu
2748 acho que está legal.

2749

2750

2751 **A Srª. THAIS FERRARESI PEREIRA (DEA/MMA)** – Só para retomar: nessa ausência, Sr. Paulo, que teve alteração,
2752 eu não entendi, se quem irá participar e fará a interlocução com o Comitê Assessor do Órgão Gestor. Fica
2753 representante do Ceará ou fica o suplente? Eu fiquei com essa dúvida, porque dentro do Comitê Assessor existem
2754 Grupos de Trabalho e ele estava inserido em um dos Grupos de Trabalho. Na medida em que não está mais nós
2755 vamos interagir e articular com qual instituição?

2756

2757

2758 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Normalmente o representante é a Instituição. Então, a
2759 instituição indica outra pessoa para fazer isso. Normalmente o título é dado para a instituição. Então, o Governo do
2760 Ceará seria o representante lá do Comitê Assessor. E a OCA seria o suplente. Agora, nós vamos pedir que ela
2761 indique... Realmente, ela não conseguiu entrar em contato com o Marcos. Eles estão em mudança lá e não
2762 conseguiu. Eu vou entrar em contato e ver como que pode ser recuperado, resgatada toda essa informação e nós
2763 vamos voltamos a falar aqui na próxima reunião.

2764

2765

2766 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Cleide, uma pergunta: você acha que a questão da suplência
2767 acompanhar também as reuniões seria produtivo? Só o titular.

2768

2769

2770 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Normalmente é só o titular que vai.

2771

2772

2773 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – A reunião do Comitê Assessor é pública e é aberta. Eu considero que seria
2774 interessante se vocês puderem participar, mas é diferente da participação do CONAMA porque os Ministérios pagam
2775 para participação, a vinda das pessoas de fora. E nós não poderíamos arcar com o pagamento, porque nós só
2776 pagamos pelo Conselheiro mesmo e não pelo suplente. Isso é um das coisas. A outra coisa que eu gostaria da
2777 esclarecer é que, agora é a minha visão pessoal, eu achava que sempre deveria ser a sociedade civil que
2778 representasse o CONAMA no Comitê Assessor e não sei talvez eles queiram abrir para a suplência. Eu não sei.

2779

2780

2781 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Então, acho que a Secretaria poderia fazer essa ponte.

2782

2783

2784 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Tem que ser questionando também se ele mantém ou se ele passa para o
2785 suplente.

2786

2787

2788 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Tem data a reunião, Rachel?

2789

2790

2791 **A Srª. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Não.

2792

2793

2794 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Mais alguma questão a colocar? Podemos providenciar o
2795 encerramento? Está constando de ata essa proposta?

2796

2797

2798 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Eu trouxe duas coisas: uma foi como é que nós
2799 poderíamos estar alinhando os conceitos e os princípios da política para nós podermos estar avançando. E a outra
2800 seria como nós poderíamos estar acompanhando o Órgão Gestor, que nós já vimos que é o Comitê Assessor o
2801 nosso representante e tal, mas como nós poderíamos estar fazendo, por exemplo, assim trabalhando uma hora no
2802 início da reunião. Que nós pudéssemos estar fazendo uma hora de formação, por exemplo, onde nós podemos estar
2803 discutindo alguns conceitos, alguns princípios, o que é de comunicação, por exemplo.

2804

2805

2806 **O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Antes da reunião de Câmara Técnica.

2807

2808

2809 **A Srª. MARIA CRISTINA N. VIEIRA (GOVERNO DA BAHIA)** – Antes da reunião da Câmara Técnica que nós
2810 pudéssemos fazer um preâmbulo onde nós pudéssemos estar trabalhando um pouco isso.

2810

2811

2812 **A Srª. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (CONAMA)** – Nós temos um item 4, no Informe. E nesse item, só que é
2813 depois da Ordem do Dia. Então, esse Informe eu acho que nós poderíamos usar no final da tarde, do período. Criar

2814um espaço para isso. E ele fica um tema livre e nós acrescentamos, na medida em que cheguem as contribuições.
2815Mas dentro desse item Informes tem...

2816

2817

2818**O Sr. PAULO KLINKERT MALUHY (OCA BRASIL)** – Bem, então vamos considerar encerrada a Sessão, e
2819agradecer a presença de todos que gentilmente ultrapassaram ao horário normal e aguardá-los em breve para uma
2820próxima reunião, que eu acredito que ainda seja no dia 8 de abril. Poderemos fazer em dois dias, a próxima, dias 8 e
28219 de abril? E limpamos essa pauta total e começamos uma nova, em 2008. Então, aprovados por todos, por
2822unanimidade. (*Palmas*).